

**GISLENE JOSELITA DE SOUZA FONSECA**

**EFEITOS DA DESIGUALDADE RACIAL DE RENDA SOBRE A POBREZA NO  
BRASIL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada para a obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Bladmir Carrilo Bermúdez

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2020**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

F676e  
2020 Fonseca, Gislene Joselita de Souza, 1991-  
Efeitos da desigualdade racial de renda sobre a pobreza no  
Brasil / Gislene Joselita de Souza Fonseca. – Viçosa, MG, 2020.  
66 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Orientador: Bladimir Carrilo Bermudez.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.  
Referências bibliográficas: f.62-66.

1. Discriminação racial. 2. Renda - Distribuição.  
3. Igualdade - Aspectos econômicos. 4. Pobreza. I. Universidade  
Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa  
de Pós-Graduação em Economia Aplicada. II. Título.

CDD 22. ed. 339.22

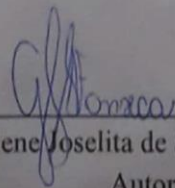
GISLENE JOSELITA DE SOUZA FONSECA

EFEITOS DA DESIGUALDADE RACIAL DE RENDA SOBRE A POBREZA NO  
BRASIL

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada para a obtenção do título de *Magister Scientiae*.

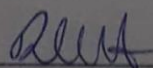
APROVADA: 25 de setembro de 2020.

Assentimento:



---

Gislene Joselita de Souza Fonseca  
Autora



---

Bladmir Carrilo Bermudez  
Orientador

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por conduzir os meus caminhos sempre da melhor forma possível, por me permitir viver os meus sonhos e por sempre me rodear de pessoas que fazem desta jornada mais leve e repleta de amor.

Aos meus pais, por não medirem esforços para que eu chegasse até aqui, por serem exemplo de força e determinação. Me orgulho de ter vocês como pais.

Ao Frederico, minha dose de amor diária, que transforma os meus dias, me incentiva e que por nenhum segundo soltou a minha mão ao longo dos últimos anos. Te amo infinitamente.

Ao meu irmão Gilbert, por me incentivar e ser companhia presente em todos os momentos.

Ao professor Bladmir, pela orientação, paciência e apoio durante todo o processo.

Ao Departamento de Economia Rural, pela oportunidade de adquirir tanto crescimento profissional e pessoal nos dois últimos anos.

A professora Viviani, pelos ensinamentos, conselhos e por ser sempre tão solícita aos meus chamados.

A professora Danyelle, pela disponibilidade em contribuir com meu trabalho e compartilhar seus conhecimentos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## RESUMO

FONSECA, Gislene Joselita de Souza, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, setembro de 2020. **Efeitos da Desigualdade Racial de Renda sobre a pobreza no Brasil**. Orientador: Bladmir Carrilo Bermúdez.

Diversos trabalhos na literatura econômica têm a pobreza como objeto de estudo, bem como suas variações, possíveis determinantes, motivos de sua estabilidade e persistência ao longo dos anos. Nesse contexto, as disparidades raciais, veem sendo apresentadas como variável importante nos estudos que buscam compreender a pobreza e seus diversos aspectos. Esta pesquisa apresenta uma análise da desigualdade racial de renda no Brasil com o objetivo de mensurar os seus efeitos sobre os índices de pobreza no Brasil, mostrando a relevância do esclarecimento da relação estabelecida entre raça e pobreza. Inicialmente o trabalho mostra a evolução da pobreza, da distribuição de renda e dos indicadores de Foster- Greer e Thorbecke no período de 2009 a 2015. Essa análise é feita a partir da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD); para o dado período e se concentra em mostrar as diferenças de estimativas de acordo com a raça do indivíduo, no intuito de evidenciar a participação dos negros na composição dos classificados como pobres. É importante ressaltar que, a análise estabelecida neste estudo se concentra no enfoque monetário da pobreza. Em um segundo momento, obteve-se as estimativas da elasticidade desigualdade da pobreza, com o intuito de medir a sensibilidade da pobreza em relação a desigualdade racial de renda. Além disso, estimou-se também as Curvas de Incidência de Crescimento, para verificar se ao longo do tempo houveram modificações no perfil de distribuição de renda no Brasil. A partir da análise dos resultados encontrados inferiu-se que, apesar de o Brasil apresentar quedas sistemáticas nos índices de desigualdade e pobreza, a desigualdade racial de renda ainda é característica marcante da sociedade brasileira. Pela estimativa das Curvas de Incidência de crescimento, fica evidente que o Brasil apresentou períodos em que o crescimento era em favor dos mais pobres, no entanto, este comportamento diminui ao longo dos anos. Conclui-se, portanto, que apesar de períodos de redução da desigualdade de renda racial, essa ainda é persistente e seu nível se apresenta relativamente constante.

Palavras-chave: Desigualdade racial. Curva de Incidência de Crescimento. Pobreza.

## ABSTRACT

FONSECA, Gislene Joselita de Souza, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, September, 2020. **Effects of racial income inequality on poverty in Brazil.** Adviser: Bladmir Carrilo Bermúdez.

Several works in the economic literature have poverty as an object of study, as well as its variations, possible determinants, reasons for its stability and persistence over the years. In this context, racial disparities have been presented as an important variable in studies that seek to understand poverty and its various aspects. This research presents an analysis of racial income inequality in Brazil with the objective of measuring its effects on the poverty rates in Brazil, showing the relevance of clarifying the relationship established between race and poverty. Initially, the work shows the evolution of poverty, income distribution and Foster-Greer and Thorbecke indicators in the period from 2009 to 2015. This analysis is made from the National Household Sample Survey (PNAD); for the given period and focuses on showing the differences in estimates according to the individual's race, in order to highlight the participation of blacks in the composition of those classified as poor. It is important to note that the analysis established in this study focuses on the monetary approach to poverty. In a second step, the estimates of the poverty inequality elasticity were obtained, in order to measure the sensitivity of poverty in relation to racial income inequality. In addition, the Growth Incidence Curves were also estimated, to verify if, over time, there were changes in the income distribution profile in Brazil. From the analysis of the results found, it was inferred that, although Brazil presents systematic falls in the inequality and poverty indices, racial income inequality is still a striking feature of Brazilian society. By estimating the Incidence Curves of growth, it is evident that Brazil had periods when growth was in favor of the poorest, however, this behavior has decreased over the years. It is concluded, therefore, that despite periods of reduction in racial income inequality, it is still persistent and its level is relatively constant.

Keywords: Racial inequality. Growth Incidence Curve. Poverty.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Proporção de pobres no Brasil. ....	36
Figura 2 - Linhas de pobreza. ....	39
Figura 3 - Curva FGT 2009. ....	40
Figura 4 - Curva FGT 2015. ....	40
Figura 5 - Índice de Gini.....	43
Figura 6 - Índice de Gini por raça.....	45
Figura 7 - Curva de incidência de crescimento. ....	55
Figura 8 - Curva de incidência de crescimento anual.....	56

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estimativa dos índices FGTs - 2015.....	34
Tabela 2 - Estimativa dos índices FGTs para a população negra - 2015.....	37
Tabela 3 - Estimativa dos índices FGTs para a população negra - 2009.....	38
Tabela 4 - Índices de distribuição de renda - 2015.....	42
Tabela 5 - Índice de distribuição de renda - 2009. ....	42
Tabela 6 - Índice de distribuição de renda por Etnia - 2015.....	44
Tabela 7 - Índice de distribuição de renda por Etnia - 2009.....	45
Tabela 8 - Média de renda por Etnia - 2015. ....	47
Tabela 9 - Média de renda por Etnia - 2009. ....	48
Tabela 10 - Participação relativa da pobreza - 2015. ....	49
Tabela 11 - Risco de Pobreza por raça - 2015.....	49
Tabela 12 - Risco de Pobreza por raça - 2009.....	50
Tabela 13 - Elasticidade desigualdade da pobreza - 2015.....	52
Tabela 14 - Elasticidade desigualdade da pobreza - 2009.....	52

## SUMÁRIO

1	Introdução.....	10
1.1	Considerações Iniciais .....	10
1.2	O problema e sua importância .....	14
1.3	Hipótese.....	18
1.4	Objetivos.....	18
2	Referencial Teórico .....	19
2.1	O conceito de pobreza .....	19
2.2	As linhas de pobreza.....	21
2.3	Pobreza e exclusão social .....	23
3	Metodologia.....	25
3.1	O índice FGT de medida da pobreza .....	25
3.2	Medindo a contribuição da desigualdade racial .....	26
3.3	A curva de Lorenz por grupo racial.....	28
3.4	Redistribuição inter-racial e pobreza agregada .....	30
3.5	Base de dados .....	31
3.5.1	<i>PovcalNet</i> .....	31
3.5.2	Definição das variáveis utilizadas .....	32
4	Resultados e Discussão.....	34
4.1	Índices de pobreza .....	34
4.2	Índices de distribuição de renda .....	42
4.3	Decomposições de índices de pobreza e distribuição de renda .....	47
4.4	Elasticidade Desigualdade da Pobreza .....	51
4.5	Curva de incidência de crescimento .....	54
5	Conclusão.....	59
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	62

## **1 Introdução**

### **1.1 Considerações Iniciais**

O mundo tem assistido ao longo das últimas décadas, a uma intensa movimentação dos agentes políticos, organizações não governamentais e instituições internacionais, na implementação de esforços na tentativa de se erradicar a pobreza. Os indicadores de pobreza apresentaram reduções significativas no que diz respeito à níveis de renda, entre os anos de 1992 a 2015, no entanto, observa-se que um cenário de pobreza ainda se faz presente em grande parte dos países, mudando apenas o grau de severidade e a dimensão com que ela afeta as pessoas (Ravallion, 2016, 2019).

A expressividade relacionada à queda dos índices de pobreza é diferente de acordo com o conceito de pobreza utilizado. Sob a ótica da pobreza absoluta estimativas do Banco Mundial revelam que mais de 700 milhões de pessoas se encontram abaixo da linha da pobreza, ou seja, os indivíduos nesta situação subsistem com rendimentos que não são suficientes para garantir o básico necessário para a sobrevivência em termos monetários (World Bank, 2018; Atkinson, 2019).

Somadas a todas outras variáveis que possam vir a ser condicionantes da pobreza, de sua estabilidade e durabilidade ao longo das mais diversas transformações econômicas e sociais, as implicações das desigualdades étnicas raciais têm sido consideradas um importante objeto de estudo no meio científico (Ravallion, 2019; Senkevics e Melo, 2019), que busca explicitar os seus efeitos na estratificação social moderna, no desenvolvimento econômico e no bem estar geral da sociedade.

Os negros estão sujeitos a um ciclo de desvantagens cumulativas devido à relação entre a raça e a classe social ao longo dos anos de vida dos indivíduos (Hasenbalg, 2005; Osório, 2009). As teorias que estudam a desigualdade racial de renda, afirmam que as chances de os indivíduos negros nascerem nas camadas sociais mais pobres são superiores, por questões culturais, sociais ou pela formação histórica da sociedade analisada. Assim, estes indivíduos ficam expostos a menos oportunidades educacionais, assim como à necessidade de começar a trabalhar mais cedo. Essas desvantagens os acompanham no mercado de trabalho, por ocuparem cargos inferiores, nos quais vivenciam a discriminação salarial, e às barreiras de ascensão profissional (Jesus, 2020). As desvantagens raciais têm como resultado mais usual e cumulativo,

rendimentos inferiores dos negros em relação aos brancos. E sendo a renda variável correlacionada com o bem estar social, a desigualdade racial é capaz de se propagar em múltiplas dimensões.

Sendo a desigualdade racial de renda um importante instrumento de se compreender a pobreza, torna-se relevante a preocupação evidenciada em Ravallion (2019) do papel exercido pela redução da desigualdade racial de renda no que se diz respeito à atenuação da pobreza nacional. Ao se esforçar no sentido de regular as diferenças raciais, estes esforços geram efeitos positivos também no controle da pobreza (de forma mais ampla) e no controle das desigualdades.

Nos estudos sociais, a raça é definida como artefato social, que propiciou a aceitação das diferenças de indivíduos pela cor da pele, onde essa passou a ser um determinante socioeconômico e representa a desigualdade nas condições de vida, saúde e renda (Romero; Maia e Muzy, 2019). Este perfil social justifica a importância de se compreender os efeitos da desigualdade racial de renda sobre os índices de pobreza das nações, sugerindo que o fato de que pertencer a um grupo social marginalizado aumenta as chances de pobreza do indivíduo (Frio e Fontes, 2018; Ravallion, 2019).

Os indicadores de pobreza relativos ao Brasil demonstram uma queda inédita e regular nos. como pode ser observado nos dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE referente a última década. Os dados apresentados pela pesquisa, indicam que em 2002 a média de pessoas consideradas pobres era de 22% da população, passando para 20% em 2005 e atingindo o patamar de 14% em 2015 (Souza, 2019). Todavia apesar dos avanços apresentados, o Brasil ainda ocupa posição de destaque quando se trata do nível de pobreza da população. Situações de desigualdade marcam a vida de grande parte dos brasileiros e acabam por naturalizar a pobreza (Campello e Gentili, 2019).

No que se refere à desigualdade étnica racial de renda no Brasil, apesar de nunca ter havido um regime formal de segregação racial, a exclusão social é considerada por Ortegá (2018) como um legado constituído ao longo da história de formação da sociedade brasileira caracterizando sua multiplicidade de origens.

A abolição da escravidão no país marca o início de uma divisão social em uma sociedade, que sem preparo sociocultural conduziu os negros ao caminho da marginalização e da discrepância socioeconômica, onde a raça passou a ser um distintivo oficial entre grupos sociais

e fator determinante quando se trata de oportunidades e da garantia de direitos fundamentais (Ortegal, 2018; Mattos, 2019).

Assim, o pertencimento a um determinado grupo étnico-racial na sociedade brasileira passou a ser entendido como um aspecto capaz de determinar o acesso a condições efetivas de desenvolvimento das potencialidades do indivíduo e de possibilidades de participação social, moldando um cenário de diferença de oportunidades e direitos (Mattos, 2019). Parte-se, portanto da hipótese de que o racismo estrutural no Brasil tem a sua base na escravidão, cujo período é considerado o formador socioeconômico do país, e refletiu, de forma direta, nas condições de vida e trabalho da população negra brasileira, realidade que se mantém até os dias atuais (Madeira; Medeiros, 2018). Assim, uma elevada distinção no padrão de vida de indivíduos brancos e negros caracteriza a segregação brasileira, onde os rendimentos da população negra correspondem à metade da renda auferida por indivíduos brancos, revelando assim os efeitos da discriminação (IPEA, 2019).

Na literatura econômica, diversos trabalhos explicitam as possíveis consequências da desigualdade étnica racial sobre os arranjos sociais, além de extrapolar seus resultados para os impactos sobre os indicadores de qualidade de vida, indicadores de pobreza, crescimento e desenvolvimento econômico de um país. Este é o caso da obra escrita por Ravallion (2019), autor que discorre sobre os efeitos de uma política de redução da pobreza sobre os povos da Malásia, e demonstra os resultados positivos alcançados por uma política de redução da desigualdade étnica sobre a pobreza do país.

Os trabalhos com foco no Brasil retratam as mais diversas faces da desigualdade racial, bem como seus impactos sobre a condição de vida dos negros, sobre as implicações ao acesso à educação, à saúde e, em alguns casos, sobre os indicadores de violência. Estes trabalhos dissertam sobre a mobilidade social e a forma em que a discriminação cria um ciclo vicioso de pobreza, que ultrapassa gerações entre os negros, e deixa perceptível que grande parte da população negra está inserida nos indicadores vinculados à pobreza ao longo dos anos. (Morgan, 2017; Campello, Gentili, Rodrigues, 2018; Sinhoretto, Moraes, 2019; Alves, 2019; Osório, 2019; Mello, 2019).

Diante essas considerações, a desigualdade racial no Brasil pode ser atribuída ao racismo estrutural, demonstrando a repetição sócio histórica do país, pois ainda hoje nota-se desigualdade nas condições de vida, trabalho e renda entre brancos e negros (Campello, Gentili, Rodrigues, 2018).

Diversas obras relativas à desigualdade racial e à pobreza dão suporte a esta pesquisa, no entanto a escassez de dados que correlacionem estas variáveis é a principal limitação encontrada, dado que, a construção dos indicadores de pobreza e desigualdade não levam em consideração os aspectos históricos e culturais que influenciam no padrão de respostas dos indivíduos às pesquisas que formam os bancos de dados. As análises sobre os efeitos da desigualdade racial são predominantemente feitas sobre o acesso a determinados serviços e bens e não levam em consideração os efeitos da discriminação sobre a composição da pobreza.

Por decorrência, apesar de existirem trabalhos com diferentes recortes amostrais e distintas base de dados, existe uma lacuna de estudos que apresente dados sobre a desigualdade de renda entre negros e brancos e sua interferência nos índices de pobreza. Por isso, estudos que tenham como objetivos explicitar os efeitos da desigualdade racial de renda, entender o processo que envolve a pobreza, e buscar meios de reduzi-los são de grande importância no meio acadêmico, uma vez que estes conhecimentos geram resultados positivos para a sociedade como um todo e contribuem para a criação sistemática de vínculo entre raça e renda (Meirelles e Carvalho, 2019).

Estudos como os realizados por Ravallion e Datt (2019), Akbar, Li, Shertz e Walsh (2019), Chen, Haggag, Pope e Rohla (2019) reforçam a teoria de que pesquisas relacionadas à pobreza e as desigualdades raciais, de gênero e raça são importantes para demonstrar os efeitos dessas sobre a sociedade, além de salientar a necessidade de políticas públicas capazes de corrigir as falhas e mazelas sociais.

Em adição, a análise exposta por autores como Meyer e Wu (2018), Ravallion (2019) e Mooers e Medalia (2019) ressaltam a importância das várias vertentes da desigualdade nos dias atuais, sobre o crescimento e desenvolvimento do país, sendo esta variável encarada como o principal desafio na emancipação da pobreza e da busca por bem estar social.

Nesse contexto, esta pesquisa busca entender a relação entre a desigualdade racial de renda e a redução da pobreza nacional no período de 2009 a 2015. De maneira complementar o trabalho busca mostrar a evolução dos índices de desigualdade e pobreza sobre raças, além do comportamento destes indicadores para o Brasil de uma forma geral.

Dentro do que foi explicitado até o momento, este trabalho, além de atualizar o debate sobre pobreza e a desigualdade de renda racial, busca contribuir com o uso de uma nova abordagem metodológica capaz de mensurar os efeitos da desigualdade racial de renda sobre os indicadores de pobreza do Brasil no período de 2009 a 2015.

## **1.2 O problema e sua importância**

A extensa literatura que apresenta a pobreza como questão central para uma sociedade não apresenta uma única definição. Seus conceitos podem ser diferentes e, assim, afetar significativamente os estudos sobre o tema. As definições mais utilizadas sobre a pobreza podem ser divididas de acordo com seu enfoque: o monetário, o das necessidades básicas, o das capacidades e das dimensões relacionais (Silva, 2020).

Esta pesquisa terá como base o enfoque monetário, onde o entendimento da pobreza será relacionado com a insuficiência de renda para a aquisição de um conjunto mínimo de bens e serviços. Neste sentido, a renda é a variável capaz de determinar a situação socioeconômica do indivíduo e classificá-lo como pobre ou não pobre.

Apesar de já constatado o progresso significativo nas últimas décadas, a pobreza no que se diz respeito à privação de renda e à satisfação de necessidades básicas ainda atinge cerca de 10% da população mundial segundo relatório emitido pelo Banco Mundial. Segundo o referido documento, aproximadamente cinco milhões de crianças menores de 10 anos veem a óbito por doenças passíveis de tratamento. Além disso, grande parcela das crianças em fase de alfabetização nos países de renda média e baixa abandona a escola sem adquirir a capacidade de ler e escrever, e, em média, quatro bilhões de pessoas não têm acesso ao tratamento de água e esgoto no mundo. Estes cenários que demonstram a fragilidade e a falta de acesso a serviços básicos caracterizam a realidade da pobreza mundial (ONU, 2018).

De maneira geral, os países ao redor do mundo encaram uma conjuntura de conflitos étnicos raciais e de desigualdade (Ravallion, 2019). Na atualidade, observa-se que os negros possuem menos anos de escolaridade, menos chances de emprego e maior probabilidade de se envolverem com crimes. As mulheres aparecem de forma tímida nos cargos de chefia, apesar de muitas vezes serem mais qualificadas e os conflitos religiosos limitam as possibilidades de desenvolvimento de habilidades pessoais e de diversas regiões do mundo. A discriminação faz

com que existam tratamentos diferentes entre os indivíduos com características idênticas e em circunstâncias semelhantes (Bertrand e Duflo, 2017).

Em relação às disparidades raciais no Brasil, os dados do IBGE, referentes ao ano de 2019 revelam que o número total de pessoas desempregadas no país atingiu o patamar de 13 milhões de pessoas, onde aproximadamente 64% destas eram negras. Outro dado importante diz respeito ao tipo de trabalho exercido pelo indivíduo, sendo que os negros correspondem a 60% dos trabalhadores da construção civil, 65% dos trabalhadores domésticos, enquanto que em cargos gerenciais, os negros são responsáveis por ocuparem apenas 29% das vagas. Esses dados sinalizam o fato de que a população negra está presente em maior número em cargos onde os rendimentos são menores e assim conseqüentemente recebem menos que os brancos (IBGE, 2019).

As diferenças entre brancos e negros não estão concentradas apenas no mercado de trabalho, no que se refere a educação, a taxa de analfabetismo é maior entre os negros. Sendo que, 6,8% da população negra residente em área urbana é analfabeta, o que representa uma diferença de 3,7% em relação aos indivíduos brancos (IBGE, 2019).

A taxa de homicídios estimada para o Brasil no ano de 2018 era de 16 entre as pessoas brancas e de 43,4 entre as pessoas negras para cada 100 mil habitantes. Sendo assim, uma pessoa negra tinha 2,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio do que uma pessoa branca. No que se diz respeito a população jovem, a taxa de homicídios era de 34 entre os brancos e de 98 entre os negros a cada 100 mil jovens com idade entre 15 e 29 anos (IBGE, 2019; Jesus, 2020).

Diante disso, é nítida a diferença dos indicadores sociais e econômicos da população negra brasileira, onde as desvantagens apresentadas podem ser atribuídas a uma realidade que reflete o antigo sistema escravocrata brasileiro que foi a base da formação social moderna (Osório, 2019).

Estudos atuais de economia, sociologia e política fornecem evidências de que a discriminação vivenciada pelos grupos de minorias gera custos para sociedade em geral, sendo esses percebidos, sobre o bem-estar social, produtividade, desenvolvimento e crescimento do país. Por meio de estimação de efeitos causais, estudiosos levantam a hipótese de que a redução da desigualdade está estritamente ligada à luta contra a pobreza (Duflo, 2017; Pritchett, 2019; Ravallion e Datt, 2019; Senkevics e Melo, 2019).

Segundo Ferraretto (2018) o relatório emitido pelo Banco Mundial em 2015, apresentou redução do número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza entre os anos de 2000 a 2014, estimando um aumento na renda *per capita* de cerca de 47,75% que possibilitou que 60% dos brasileiros conseguissem rendimentos superiores a US\$ 5,50 diários.

No quesito desigualdade, apesar de o país ser caracterizado por ser uma nação pluriétnica, as disparidades em relação à raça são evidentes na estrutura de classes sociais e no sistema de estratificação social. Análises sobre a relação da raça e desigualdade social demonstram os efeitos de exclusão social da população negra e as grandes disparidades de renda quando comparados aos brancos (Hasenbealg, 1979; Andrews, 2016; Nogueira, 2017; Morais, 2019).

Segundo Osório (2009), uma explicação para a persistência das desigualdades socioeconômicas entre brancos e negros, é o que na literatura econômica ficou conhecido como *teoria das desvantagens cumulativas*. A ideia central é de que os negros estão suscetíveis a desvantagens que são transmitidas de geração a geração, e as desvantagens se acumulam ao longo da vida, a cada fase do processo de socialização e de formação individual assim como defendido por Jesus (2020). Levando em consideração esse raciocínio conclui-se que a cada fase da vida do indivíduo negro se acumulam desvantagens: o sistema educacional discrimina, o sistema mercado de trabalho discrimina, a distribuição de renda discrimina (Guimarães, 2006).

Assim, combater a desigualdade de renda entre as raças e garantir condições de igualdade, passou a ser foco de políticas públicas de ações afirmativas que buscam amparar as minorias sociais. O Estado é considerado o principal ator desse processo, por sua capacidade de garantir o tratamento igualitário e fornecer meios que contribuam para o desenvolvimento pessoal sem diferenças (Martins e Santos, 2019).

No intuito de amenizar as diferenças entre negros e brancos as ações afirmativas ganharam destaque. Ações afirmativas podem ser definidas como medidas temporárias e especiais, tomadas ou determinadas pelo Estado que tem como propósito específico retratar as desigualdades da sociedade (Mauta, 2001).

As ações afirmativas no Brasil visam garantir a igualdade de tratamento e principalmente de oportunidades, em uma tentativa de compensar as perdas provocadas pela discriminação e marginalização decorrentes do processo de formação social brasileiro (Mattos, 2019).

O efeito positivo alcançado com as políticas de ações afirmativas tem gerado visibilidade a população negra. É esperado que, com a criação de oportunidades e as tentativas de reduzir os impactos da discriminação racial, a condição de vida dos negros melhore e, de forma conjunta exista redução da pobreza para este grupo social. Desta forma, as ações afirmativas podem ser sintetizadas como instrumento de combate à discriminação e favorecimento da igualdade (Guimarães, 2019).

Entender as políticas promotoras da redução da discriminação racial é um importante ponto de apoio aos estudos sobre pobreza, como no caso desta pesquisa, uma vez que, entende-se que a discriminação racial é determinante direto da desigualdade racial de renda. Sendo assim, compreender os efeitos da discriminação racial contribui para a caracterização da pobreza brasileira (Meirelles e Carvalho, 2019).

O presente trabalho busca analisar os efeitos da desigualdade racial de renda sobre os indicadores de pobreza, e alguns elementos são destaque para cumprir este objetivo. Assim, esta análise se concentra no período de 2009 a 2015, não de forma acidental, mas por este ser um recorte temporal em que foi notável um conjunto de decisões de caráter político e medidas nas esferas sociais e econômicas que visavam à redução da pobreza e da desigualdade no Brasil.

Assim, a opção de análise desta pesquisa é preencher as lacunas do debate sobre os impactos da desigualdade racial sobre a pobreza no Brasil, observando principalmente o período de 2009 a 2015, dado que uma parcela considerável da população tem acesso negado a direitos básicos. Propõe-se ainda uma análise sobre como a desigualdade racial de renda pode ser um fenômeno multidimensional e altamente relacionado como a pobreza, indo além das abordagens e metodologias rotineiramente apresentadas.

### **1.3 Hipótese**

A redução da desigualdade racial de renda reduz a pobreza nacional.

### **1.4 Objetivos**

#### 1.4.1 Objetivo Geral

O objetivo desta pesquisa é avaliar a relação entre a desigualdade racial de renda e a redução da pobreza nacional no período de 2009 a 2015.

#### 1.4.2 Objetivos específicos

- a) Identificar se, e como as mudanças na desigualdade racial de renda provocaram mudanças na pobreza no Brasil nos anos de 2009 a 2015;
- b) Analisar o comportamento do Índice de Gini por raça no período entre 2009 a 2015;
- c) Analisar o comportamento da taxa de crescimento de renda no período entre 2009 a 2015.

## 2 Referencial Teórico

### 2.1 O conceito de pobreza

O conceito de pobreza está relacionado a determinadas formas de privação, cuja a origem pode ser absoluta, relativa ou subjetiva, dadas as insuficiências materiais, culturais e sociais em face a disponibilidade e ao gozo de recursos de um indivíduo ou grupo social (Hollmann, 2006). A partir desse aspecto conceitual, a pobreza pode ser definida então por meio de três classificações: a pobreza absoluta, a relativa e a subjetiva, relacionadas respectivamente à não satisfação de um mínimo definido socialmente, à privação de bens e serviços comuns na sociedade em que o indivíduo está inserido e ao sentimento de falta de debilidade (Rocha, 2000; Laderchi, 2003).

O estudo de Townsend (1962) é considerado um marco no que se refere a noção de pobreza. O autor introduz a divisão do termo em dois principais campos de estudo: a pobreza absoluta, que está relacionada com as questões de necessidade física e a pobreza relativa, que diz respeito às necessidades a serem satisfeitas em função do modo predominante de vida de uma sociedade para qual a análise está sendo realizada.

A abordagem da pobreza absoluta, pode ser entendida como a privação de uma série de requisitos mínimos que garantem a sobrevivência que independem das condições sociais ao redor. A seleção destes requisitos depende da definição de pobreza utilizada, ela pode incluir desde às condições biológicas e nutricionais ao atendimento de certas necessidades consideradas básicas (Crespo, 2002).

A partir do conceito de pobreza absoluta, são considerados pobres todos os indivíduos cujo os baixos rendimentos impossibilita a satisfação das necessidades relacionadas a sobrevivência física. Essa concepção em relação a pobreza tem como foco apenas a dimensão monetária e subestima outros aspectos relevantes relacionados a manutenção do indivíduo, associando a pobreza exclusivamente a renda (Rocha, 2005).

A pobreza relativa é estabelecida em comparação às condições social vigentes. Ela não se refere apenas ao que se diz respeito à subsistência, mas leva em consideração as condições sociais na qual o indivíduo está inserido (Silveira Neto, 2014). Esta concepção é mais observada nas definições que consideram a pobreza um fenômeno mais amplo, onde a privação não é

apenas física ou biológica, mas de acesso a necessidades sociais objetivas ou subjetivas de acordo com as condições de desenvolvimento da sociedade em questão (Faleiros, 2003).

De forma mais ampla, o conceito de pobreza relativa leva em consideração a evolução dos costumes e ao estilo de vida das pessoas, que ao longo do tempo foram se modificando e criando novas necessidades que passaram a ser consideradas básicas. Desta maneira, a definição de pobreza passou a se referir a um conjunto de necessidades que vão além da renda e da necessidade física de sobrevivência (Hollfmann, 2006). A pobreza em termos relativos, é então definida pelas necessidades a serem definidas pelo modo de vida que rege a sociedade em análise, ressaltando que o mínimo vital seja garantido a todos. Assim, são classificados como pobres aqueles que tem as necessidades essenciais a sobrevivência garantida, porém não usufruem de bens e serviços considerados essenciais naquela sociedade (Rocha, 2005).

Os conceitos de pobreza absoluta e pobreza relativa são conceitos considerados complementares no que se diz respeito ao entendimento do fenômeno da pobreza que atinge um elevado número de pessoas ao redor do mundo (Sen, 1992). Os conceitos se complementam sendo que a análise de pobreza relativa se concentra em analisar a parcela da população que não tem suas necessidades básicas atendidas e o conceito de pobreza absoluta se faz necessário em situações mais extremas que levam em consideração a sua gravidade ética e humana (Costa, 1984).

A análise de pobreza nas economias modernas leva em consideração a monetização da sociedade, tendo em vista que as necessidades individuais são em grande parte atendidas pela quantidade disponível de renda. Quando se trata das necessidades nutricionais que garantem a sobrevivência, os níveis de pobreza podem ser mensurados pela chamada linha de indigência. No conjunto mais amplo das necessidades a caracterização dos indivíduos pobres é dada pela denominada linha de pobreza. Assim, esses parâmetros propostos ao longo dos anos são utilizados para identificar aqueles indivíduos que em uma dada sociedade não conseguem atender suas necessidades básicas.

Diante do exposto, fica claro que a pobreza é um fenômeno complexo, caracterizado por privações de diversos tipos, usualmente a literatura econômica utiliza da renda como determinante do bem estar social. Assim sendo, a avaliação contida nesta pesquisa utiliza a insuficiência de renda como medida para mensurar a garantia mínima de sobrevivência, uma vez que, existe dificuldade na mensuração das necessidades não econômicas dentro de uma sociedade.

## 2.2 As linhas de pobreza

A linha de pobreza é um termo comumente utilizado pelos pesquisadores que tem como objeto de pesquisa a pobreza, economia e desigualdade social. O seu estabelecimento como parâmetro de valor tem início com os estudos de Rowtree (1901), que definia os níveis de renda necessários para atender as necessidades básicas das famílias da Inglaterra no período pós-guerra.

O estabelecimento do valor referente a linha de pobreza leva em consideração os preços e as quantidades que compõe a cesta de bens das famílias, a partir da análise da quantidade mínima de renda necessária para se adquirir a cesta de bens. O conceito de linha de pobreza foi utilizado de forma prática pela primeira vez no estudo de Rowtree (1901) que tinha como objetivo identificar a proporção de pobres na sociedade de York no período pós-guerra. Com o parâmetro estabelecido pelo autor referente a cesta de bens capaz de atender as necessidades básicas das pessoas, Rowtree (1901) conclui que grande parte da sociedade analisada por ele vivia em condições de pobreza (Rocha, 2006).

De maneira conceitual, Rowtree (1901) propôs a definição de linha de pobreza a partir da definição de pobreza absoluta, levando em consideração apenas se os rendimentos das famílias eram capazes de garantir o mínimo necessário para a manutenção da eficiência física. Em uma análise mais ampla o autor utiliza da abordagem de pobreza relativa ao levar em consideração as necessidades individuais em relação à melhoria do nível de vida e à modernização da sociedade.

Tendo como base os estudos de Rowtree (1901) e Townsend (1962) inseriu-se o conceito de linha de pobreza nacional, onde os autores sugerem uma análise mais ampla referente ao número de pessoas que sobrevivem com renda inferior ao mínimo necessário para satisfazer suas necessidades básicas e seus anseios perante ao modo de vida da sociedade em que o indivíduo está inserido.

Os resultados de Townsend (1962) sugerem que a participação do governo como provedor de renda as famílias, é capaz de influenciar no número de pobres dentro de uma sociedade, evidenciando a importância das políticas públicas sobre a redução da pobreza nacional. Outro resultado de destaque do autor se refere a importância de se levar em consideração na mensuração da pobreza os aspectos de socialização entre os membros de uma sociedade.

No caso brasileiro inexistiu uma medida única e oficial do grau de pobreza de sua população. Mesmo em âmbito federal, são diversas as medidas de pobreza empregadas a depender do público alvo de uma determinada política pública (Silva, 2020). Apesar de o foco dessas políticas na grande maioria das vezes está relacionada com o enfoque monetário da pobreza é quase impossível a unificação de uma única linha de pobreza dado a extensão territorial do Brasil e a heterogeneidade no processo de formação social de cada Estado (Rocha, 2013).

Apesar dos problemas que se referem a comparação dos índices de pobreza entre países e até mesmo dentro do próprio país como é o caso do Brasil, o uso da linha de pobreza se disseminou entre os estudiosos quando o assunto é a pobreza, onde a ênfase é colocada sobre os aspectos da desigualdade de renda e a exclusão social (Codes, 2005).

Assim, o conceito de linha de pobreza em relação a pobreza absoluta é classificado como um válido instrumento de orientação para o pesquisador, sem ser considerada uma medida de exatidão da realidade social que essa pretende representar (Rocha 1998). A construção dessas linhas depende de inúmeras variáveis, bancos de dados e das escolhas feitas por quem a propõe, sendo assim, os resultados devem ser compreendidos e explicitados no contexto dos conceitos e metodologias apresentadas (Silva, 2020).

### 2.3 Pobreza e exclusão social

A exclusão social pode ser definida como um conjunto de ações que levam ao isolamento de um indivíduo da sociedade ou grupo em que ele está inserido (Christopher, 1993). Para Castel (2000), a exclusão social é o auge da marginalização e pode ser caracterizada como um processo em que determinada pessoa se afasta das relações sociais antes estabelecidas.

Apesar dos conceitos de pobreza e exclusão social estarem intimamente relacionados nos estudos sociais, sendo a pobreza dita como causa da exclusão. É importante a ressalva de que estes termos não possuem o mesmo significado, é possível que um indivíduo seja pobre e não seja excluído, da mesma forma que um indivíduo pode ser excluído e não ser pobre (Lopes, 2008). Apesar de não terem o mesmo sentido, estes conceitos demonstram um grau de desvantagem que algumas pessoas possuem em relação a uma normativa, sendo elas em relação a necessidades básicas ou a um padrão social que corresponda a bem estar.

O primeiro conceito formal relativo à exclusão social surge nos trabalhos de Lenoir (1974), e retrata que apesar do desenvolvimento e crescimento econômico presenciado por alguns países ao longo dos anos, existe uma parcela da população a margem deste processo, ou seja, segundo o autor existem os indivíduos que não são beneficiados deixados a parte do processo de crescimento do bem estar social (Rezzoagli, 2018).

Tendo como orientação o conceito de exclusão proposto por Lenoir (1974), pode-se afirmar que a pobreza pode ser considerada como uma forma de exclusão social, levando em consideração que as pessoas pobres são excluídas de alguns sistemas sociais básicos. A privação de renda leva o indivíduo a exclusão no que tange, as más condições de vida, aos baixos níveis de educação e qualificação (Lopes, 2008; Rezzoagli, 2018).

De acordo com Ravallion (2019), a pobreza quando correlacionada com a exclusão social, abrange aspectos além daqueles correlacionados com a renda e as necessidades nutricionais. Essa amplificação está relacionada aos elementos discutidos na sociologia, como a perda da identidade e status social, dificuldade de socialização, ausência de autonomia, desigualdade racial dentre outros.

O conceito de exclusão social utilizado pela União Europeia se refere ao processo no qual os indivíduos ou grupos estão totalmente ou parcialmente excluídos da participação da sociedade na qual estão inseridos. Assim, a segmentação da população passa a ser fator

importante no que se refere à pobreza, onde em uma sociedade existe a riqueza de uns e a exclusão de outros (Medeiros, 2003; Ravallion, 2018).

Assim, a exclusão pode ser concebida como um fenômeno econômico e social que se refere em essência a rejeição do outro. Nesse sentido, a pobreza é talvez a maior expressão de exclusão nas sociedades modernas, onde a exclusão ultrapassa a dimensão econômica, podendo se referir à idade, à etnia, a raça, cultura dentre outras características particulares do indivíduo (Akbar, Li, Schertzer e Walsh, 2019).

De maneira geral é válido afirmar que o conceito de exclusão social engloba algumas dimensões dos aspectos presentes na evolução do conceito de pobreza. Desta forma, a pobreza pode ser classificada como um fenômeno integrante do processo de exclusão social, ou seja, a pobreza de um indivíduo pode ser resultado de o mesmo ser excluído por algum motivo dentro da sociedade, ressaltando que a exclusão abrange mais do que a privação material, ultrapassando a falta de recursos econômicos e atingindo os níveis de inserção social (Atkinson, 1989).

Embora os conceitos de pobreza e exclusão social englobem diversos aspectos que vão além da renda e envolvam privações de necessidades e capacidades, além das realizações de anseios pessoais, isso não garante que seja sempre possível se utilizar de todas as vertentes conceituais existentes. Assim, a utilização da renda continua sendo variável determinante nos estudos sobre pobreza e exclusão, tanto no que se diz respeito a insuficiência de renda explicar grande parte das limitações no alcance de suprir as necessidades e capacidades básicas quanto no que se refere as limitações materiais da pobreza (Silva, 2020).

De acordo com Rocha (2003), em uma sociedade monetizada grande parte das necessidades das pessoas, incluindo as necessidades de caráter de pertencimento a grupos sociais, é atendida por mecanismo de trocas, então, é natural o entendimento de que a renda é uma forma direta de se atender as necessidades individuais.

### 3 Metodologia

A taxa de pobreza neste trabalho é variável dependente da renda média e da distribuição relativa de renda. Utilizando a metodologia proposta por Ravallion (2019), esta pesquisa busca a decomposição analítica da taxa de redução de pobreza capaz de identificar a desigualdade racial como componente explícito (Ravallion e Chen, 2011; Ravallion, 2019).

#### 3.1 O índice FGT de medida da pobreza

Dividir a população em subgrupos bem definidos é uma importante estratégia dos estudos que tem como foco principal a análise da pobreza. O presente estudo, utiliza desta técnica, afim de analisar a hipótese de que a diminuição do nível de pobreza em um grupo da população reduz a pobreza para a população como um todo (Foster, Greer e Thorbecke, 1984; Ravallion, 2019).

Sendo a renda familiar  $y = (y_{11}, y_{12}, \dots, y_{1n})$  e considerando que  $z > 0$  é a linha de pobreza definida, onde a insuficiência de renda é descrita por  $g = z - y_t$  e  $q = q(y ; z)$  é o número de famílias consideradas pobres, ou seja, com renda inferior a  $z$  e  $n = n(y)$  sendo o número de famílias, define-se a medida de pobreza ( $P$ ).

Assim, tem-se que a pobreza é uma soma ponderada da insuficiência de renda dos classificados pobres. É importante ressaltar que, a privação de renda é relacionada não apenas com o número de famílias abaixo da linha de pobreza, mas também com a distância real da renda *per capita* de uma família pobre e a medida da linha de pobreza (Hoffmann, 1998).

Grande parte dos estudos econômicos dedicados a temática da pobreza utiliza do índice FGT (Foster-Greer-Thorbecke) como metodologia capaz de mensurar a taxa de pobreza em uma população (Carneiro, Bagolin e Tai, 2016). Esta pesquisa utilizará do índice proposto por Foster, Greer e Thorbecke no intuito de estimar a distância entre a renda dos grupos e a linha de pobreza, o hiato de pobreza ( $P_1$ ) e a severidade da pobreza ( $P_2$ )

O índice de incidência ( $P_0$ ) calcula a proporção da população considerada pobre, levando em consideração à parcela da população cuja renda seria insuficiente para satisfazer as necessidades básicas dos indivíduos. A taxa de pobreza, isso é, a proporção de pobres presentes na amostra pode ser calculada por:

$$P_0 = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left[ \frac{z - y_i}{z} \right]^0$$

O Hiato da pobreza ( $P_1$ ) mede a diferença entre a linha de pobreza e o rendimento daqueles considerados pobres. Este índice calcula a intensidade da pobreza para a amostra da população através do desvio médio entre a renda dos pobres e o valor estimado da linha de pobreza. Algebricamente tem-se:

$$P_1 = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \frac{z - y_i}{z}$$

A estimação do índice de severidade da pobreza entre os indivíduos leva em consideração a desigualdade de renda entre os grupos amostrais. A expressão utilizada para medir a severidade da pobreza no índice FGT é dada por:

$$P_2 = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left[ \frac{z - y_i}{z} \right]^2$$

Neste caso, é importante ressaltar que a análise atribui maior peso às rendas que estão a maiores distancias da linha de pobreza.

### 3.2 Medindo a contribuição da desigualdade racial

Uma forma de calcular o impacto da redução da desigualdade racial na pobreza é utilizar as medidas de pobreza contra factuais por raça, obtidas por meio da substituição de cada média específica por grupo pela média geral. Desta maneira, a dimensão da desigualdade racial é removida, mantendo apenas as distribuições dentro do grupo.

Para medir a desigualdade racial, este trabalho baseia-se na literatura sobre a decomposição da desigualdade e define todos os rendimentos dentro de um determinado grupo para a média

deste grupo e em seguida medir a desigualdade para esta nova distribuição (Ravallion, 2019). Formalmente, considera-se  $Y_{hj}$  como sendo a renda para o domicílio  $h=1, \dots, n$  no grupo  $j=1$  e  $2$  neste caso com média  $\mu_j$ . Assim, a distribuição real é definida por:

$$y = (y_{11}, y_{21}, \dots, y_{n1}; y_{12}, y_{22}, \dots, y_{n2}; y_{13}, y_{23}, \dots, y_{n3})$$

O índice geral de desigualdade é  $I(y)$  para uma função adequada  $I$ . A medida de desigualdade racial pode então ser denotada por  $I(y^*)$ , baseada na distribuição:

$$y^* = (\mu_1, \mu_1, \dots, \mu_1; \mu_2, \mu_2, \dots, \mu_2; \mu_3, \mu_3, \dots, \mu_3)$$

A principal propriedade de  $I(y^*)$  é que a desigualdade medida pela equação é apenas entre os grupos de indivíduos, levando em consideração os diferentes tamanhos dos grupos. Duas formas funcionais para  $I(y^*)$  são:

$$I_G(y^*) = \frac{1}{2\mu} \sum_{i=1}^3 \sum_{j=1}^3 s_i s_j |\mu_i - \mu_j|$$

$$I_M(y^*) = \ln(\mu) - \sum_{i=1}^3 s_i \ln(\mu_i)$$

Sendo,  $s_i$  a parte da população do grupo  $i$ , e a média geral dada por  $\mu = \sum_{i=1}^3 s_i \mu_i$ .  $I_G(y^*)$  pode ser classificada como o Índice de Gini entre grupos, enquanto  $I_M(y^*)$  é o desvio médio. Ambas as equações satisfazem o axioma de transferência usual, que afirma que uma redistribuição onde é preservada a média do grupo  $j$  e do grupo  $i$ , com  $\mu_j > \mu_i$  é capaz de reduzir a desigualdade racial (Ravallion, 2019).

O axioma da Monotonicidade na Distância é satisfeito por  $I_M(y^*)$ , que afirma que ao comparar duas distribuições que diferem na renda do indivíduo, quanto maior for a distância da igualdade, maior a desigualdade (Cowell e Flachaire, 2017; Ravallion, 2019).

### 3.3 A curva de Lorenz por grupo racial

Propriedades conhecidas da Curva de Lorenz (Gastwirth, 1971) serão utilizadas neste trabalho para desenvolver a decomposição que dará suporte a investigação do problema de pesquisa. Seja  $L_i(p)$  a Curva de Lorenz para o grupo  $i = (1 \text{ e } 2)$ , considerando a parcela da renda total do grupo mantida pela proporção mais pobre da população  $p$ , e  $y$  sendo a renda.

Tem-se:  $L'_i(p) = y_i / \mu_i$ , onde  $\mu_i$  é a renda média do grupo. De maneira equivalente,  $p = F_i(y_i)$  onde  $F_i$  é a função de distribuição acumulada específica do grupo, com a função de densidade média  $f_i = L'_i$ . Sendo  $H_i$  denotado como a taxa de pobreza, temos  $\mu_i L'_i H_i = z$  como sendo a linha de pobreza, ou seja,  $H_i = F_i(z)$  (Lorenz, 1905; Gastwirth, 1971; Ravallion, 2019).

Supõe-se que um vetor de parâmetros  $\pi_i$  caracterize de forma completa as diferenças existentes entre grupos, assim a Curva de Lorenz pode ser reescrita como  $L(p, \pi_i)$ . Os parâmetros de Lorenz podem sofrer alterações pelo processo de crescimento econômico, revelando que os esforços para reduzir a desigualdade entre grupos podem alterar a desigualdade dentro do próprio grupo. Formalmente podemos escrever,  $\pi_i = \Phi_i(\mu_i) + I_i$  onde  $I_i$  é um vetor de parâmetros específicos do grupo que não sofre alterações por mudanças na média.

Combinando as informações, a taxa de pobreza  $H_i$  para o grupo  $i$  pode ser descrita por:

$$\mu_i L_p(H_i, \Phi_i(\mu_i) + I_i) = z$$

Derivando a equação acima temos:

$$\frac{dH_i}{H_i} = \eta_i \frac{d\mu_i}{\mu_i} + \gamma_i dI_i$$

Onde:

$$\eta_i = -(z + \mu_i^2 L_{\pi\pi}(\cdot) \Phi_i(\cdot) f_i(z)) / H_i$$

$$\gamma_i = -\mu_i L_{\pi\pi}(\cdot) f_i(z) / H_i$$

Sendo,  $\eta_i$  a elasticidade da taxa de pobreza para o grupo  $i$  considerando a média do grupo, assim a desigualdade é capaz de ser modificada com as variações na média geral do grupo. Se os parâmetros da curva de Lorenz são fixos, temos:  $dI_i=0$  e  $\eta_i = -zf_i(z)/H_i$ , a elasticidade por indivíduo avaliada pela linha de pobreza.

Ao notar que  $H = \sum_{i=1}^4 s_i H_i$  verifica se que:

$$\frac{dH}{H} = \sum_{i=1}^4 s_i^H + \left( \eta_i \frac{d\mu_i}{\mu_i} + \gamma_i dI_i + \frac{ds_i}{s_i} \right)$$

Aqui  $s_i^H = s_i H_i / H$  refere se a parcela da pobreza dentro do grupo  $i$ . Levando em consideração um termo referente às mudanças no comportamento da sociedade, além dos efeitos do crescimento e das mudanças distributivas.

A partir de manipulações algébricas, observa se a seguinte decomposição da taxa proporcional da redução da pobreza:

$$\frac{dH}{H} = \left( \sum_{i=1}^4 s_i^H \eta_i \right) \frac{d\mu}{\mu} \quad (\text{Efeito do crescimento agregado})$$

$$+ \sum_{i=1}^4 s_i^H \eta_i \frac{d\mu_i}{\mu_i} - \frac{d\mu}{\mu} \quad (\text{Efeito da redução da desigualdade racial})$$

$$+ \sum_{i=1}^4 s_i^H \gamma_i dI_i \quad (\text{Mudanças distributivas intragrupo não atribuídas ao crescimento})$$

$$+ \sum_{i=1}^4 s_i^H \frac{ds_i}{s_i} \quad (\text{Efeito da composição da população})$$

Se todos os grupos raciais observarem a mesma taxa de crescimento da renda média, o componente de redução da desigualdade racial será reduzido à zero. Se, além disso, não houver alterações na desigualdade dentro do grupo, e se todos os grupos tiverem a mesma taxa geral de crescimento populacional, então apenas a taxa geral de crescimento é importante para a taxa de redução da pobreza (Thillainatan e Cheong, 2018; Ravallion, 2019).

### 3.4 Redistribuição inter-racial e pobreza agregada

Para abordar os efeitos da redistribuição inter-racial, temos um cenário teórico onde a redistribuição de renda no grupo denominado j para o grupo i, considerando a média global constante pode ser descrita por:

$$s_i^y \frac{d\mu_i}{\mu_i} + s_j^y \frac{d\mu_j}{\mu_j} = 0$$

Onde  $s_i^y = s_i \mu_i / \mu$ . Lembrando que a taxa de pobreza agregada é dada por  $H = \sum_{i=1}^4 s_i H_i$ . Então pode se escrever:

$$\frac{dH}{H} = s_i^H \frac{dH_i}{H_i} + s_j^H \frac{dH_j}{H_j} = s_i^H \eta_i \frac{d\mu_i}{\mu_i} + s_j^H \eta_j \frac{d\mu_j}{\mu_j}$$

Rearranjando as equações chega-se a:

$$\frac{dH}{H} = (s_i^H \eta_i - s_j^H \eta_j \frac{s_i^y}{s_j^y}) \frac{d\mu_i}{\mu_i}$$

O termo entre parêntese é a elasticidade da taxa de pobreza nacional, para um aumento na média do grupo i em favor do grupo j, mantendo a média geral constante, o que será considerado como elasticidade de desigualdade racial (Ravallion e Chen, 2003).

### 3.5 Base de dados

A base de dados utilizada nesta pesquisa foi elaborada a partir dos microdados da PNAD, realizadas pelo IBGE com frequência anual, encerrada no ano de 2016, com a divulgação das informações referentes a 2015.

Os dados analisados correspondem aos anos de 2009 e 2015. Para a estimação das elasticidades da pobreza em relação à renda e à desigualdade, foi-se utilizado a linha de pobreza proposta pelo Banco Mundial no intuito de identificar a proporção de pessoas consideradas pobres dentro do espaço amostral. Assim, a estimativa foi realizada através da linha de pobreza e utilizando-se a renda domiciliar *per capita*. O índice de Gini também foi calculado levando em consideração a variável renda.

Como em outras pesquisas que tem a pobreza como objeto de estudo, este estudo destaca que os valores anuais da proporção de pobres referentes ao Brasil se relacionam fortemente com a linha de pobreza levada em consideração em seu cálculo.

Autores como Hoffmann (1998) destacam alguns problemas em relação ao uso de base de dados de pesquisas domiciliares como é o caso da PNAD, isto porque estas baseiam-se em autodeclarações, e isto pode acarretar em informações divergentes da realidade, o que torna os dados menos fiéis a realidade, o que justifica a possível diferença de resultados entre as pesquisas sobre o mesmo tema.

Os valores calculados neste trabalho dizem respeito à taxa média de crescimento das rendas abaixo da linha de pobreza, levando em consideração os valores monetários que satisfazem as necessidades dos brasileiros, ou seja, os valores apresentados nesta pesquisa utilizam o valor proposto pelo Banco Mundial para que em média um brasileiro consiga satisfazer suas necessidades básicas.

#### 3.5.1 *PovcalNet*

A respeito das análises sobre os índices de pobreza relativos ao Brasil, esta pesquisa utilizou do *Povcalnet* como fonte de informação adicional as oferecidas pela PNAD. A *Povcalnet* reporta informações sobre as estimativas de pobreza dos países através de dados oferecidos pela divisão de Economia do Banco Mundial.

A *Povcalnet* oferece dois tipos de estimativa: estimativas por ano da pesquisa e estimativas agregadas, no caso do presente estudo, foi utilizado para cumprir os objetivos propostos anteriormente, as estimativas relativas ao ano da pesquisa, onde o foco foram os de 2005 a 2015, no intuito de se parear com os dados da PNAD também utilizados ao longo deste trabalho.

A *Povcalnet* oferece medidas de pobreza utilizando como referência a linha de pobreza sugerida pelo banco Mundial, além de oferecer dados referentes a desigualdade como o índice de Gini e medidas de bem estar, levando em consideração a renda e o consumo familiar.

É importante ressaltar que esta pesquisa utilizou do comando *PovcalNet* no software Stata, sendo possível calcular os indicadores de pobreza e desigualdade que eram de interesse do estudo a partir dos dados de pesquisa do Banco Mundial, uma vez que, com o comando é possível replicar a funcionalidade encontrada no site da *PovcalNet* no Stata.

### 3.5.2 Definição das variáveis utilizadas

É importante a observação que a pobreza e desigualdade mencionadas nesse trabalho é feita a partir do ponto de vista monetário. Então, no intuito de cumprir o objetivo proposto, o primeiro ponto é fixar as variáveis de interesse, sendo a renda o indicador de desigualdade utilizado nessa pesquisa.

Na escolha da variável de renda utilizada de acordo com os dados da PNAD é necessário se ter em mente, dois conceitos utilizados na coleta dos dados. No geral, a definição de renda familiar e renda domiciliar adotados na PNAD levam em consideração que o domicílio é o local de moradia e pode haver mais de uma família que ali reside e o conceito de família está mais relacionado com os laços de parentesco e dependência doméstica.

Estas distinções são importantes para evidenciar as diferenças no processo de desenvolvimento das variáveis relacionadas a renda. Nesse trabalho, fez-se o uso da variável renda familiar *per capita*. Para o uso de maneira adequada deste indicador, foi-se necessário a utilização de informações complementares, como o uso do sistema de ponderação fornecido pela PNAD, obtido pela variável peso da pessoa, que captura a importância do indivíduo dentro da amostra.

Outra variável utilizada nesse trabalho é a linha de pobreza. Na ausência de uma linha de pobreza oficial adotada para o Brasil e por uma questão de aproximar essa pesquisa das demais pesquisas sobre o tema, adotou-se como linha de pobreza o valor correspondente a US\$ 5,50 dia, valor este utilizado nas pesquisas apresentadas pelo Banco Mundial.

Uma última consideração a ser feita em relação a construção das variáveis referentes a renda se diz respeito ao índice deflator utilizado nesse trabalho. A deflação da variável renda familiar *per capita* foi utilizada para se obter seus valores em termos reais e para que a análise de variação de renda ao longo do tempo fizesse sentido. A deflação baseou-se no índice de preços do consumidor (IPC). Este índice mede a variação de preços de um conjunto fixo de bens e serviços componentes de despesas habituais de famílias com o nível de renda entre 1 e 33 salários mínimos (Instituto Brasileiro de Economia, 2020).

A respeito da variável que representa a classificação da raça dos indivíduos que compõe a amostra é necessário evidenciar que o grupo denominado negros nesta pesquisa é a agregação das pessoas pretas e pardas para a formação de um grupo populacional. As justificativas para a formação de um único grupo amostral são que: devido as características abordadas anteriormente em relação ao preconceito racial no Brasil, pretos e pardos estão sujeitos a discriminação pela cor da pele, uma vez que se distanciam do ideal “branco” socialmente valorizado (Silva, 1978). O segundo motivo está relacionado com a homogeneidade de características socioeconômicas, dado que os dois grupos apresentam indicadores estatísticos semelhantes em vários aspectos, destacando-se: anos de escolaridade, taxa de desemprego e renda. O terceiro motivo para união das duas raças é atribuído aos cálculos estatísticos, uma vez que o grupo de pessoas autodeclarados negros é relativamente pequeno, o que gera problemas em alguns aspectos das análises propostas no trabalho, dado o tamanho da amostra.

De acordo com Ferraretto (2018), a agregação de negros e pardos em um único grupo possui a vantagem de se simplificar a análise, dado que o pesquisador irá tratar de apenas dois grupos, negros e brancos. Além disso, não se perde informações relevantes dado a semelhança dos indicadores sociais entre negros e pardos.

## 4 Resultados e Discussão

### 4.1 Índices de pobreza

Como supracitado no capítulo destinado a metodologia, esta pesquisa utiliza dos índices de pobreza proposto por Foster, Greer e Thorbecke para analisar o comportamento dos indicadores do Brasil. Os indicadores referentes a proporção de pobres da amostra e a diferença de renda entre os indivíduos serão o ponto de partida no intuito de se verificar a dimensão da pobreza no Brasil para o recorte amostral compreendido entre 2009 e 2015.

A Tabela 1 lista diversos indicadores de pobreza para o Brasil referente ao ano de 2015, com base nos dados obtidos pela PNAD. O primeiro índice descrito na tabela se refere as taxas de pobreza, que revela que 49,17% da população brasileira vivem abaixo da linha de pobreza, definida pelo Banco Mundial, este índice pode ser descrito como a proporção de pessoas pobres na amostra.

**Tabela 1** - Estimativa dos índices FGTs - 2015.

Medidas de pobreza-relativas à renda	Renda deflacionada (renda_df)
Proporção de pobres (%)	49.178
Proporção de indivíduos na extrema pobreza (%)	22.578
Diferença de pobreza agregada	2,85x10 <sup>13</sup>
Diferença de pobreza <i>per capita</i>	142.464
Taxa de hiato da pobreza	23.222
Diferença de rendimento	47.219
Índice FGT (0.5) *100	32.070
Índice FGT (1.5) *100	17.886
Índice FGT (2.0) *100	14.370
Índice FGT (2.5) *100	11.908
Índice FGT (3.0) *100	10.108
Índice FGT (3.5) *100	8.747
Índice FGT (4.0) *100	7.690
Índice FGT (4.5) *100	6.851
Índice FGT (5.0) *100	6.172

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD - 2015.

A taxa de hiato da pobreza, retrata, em valores percentuais, o quanto, em média, aqueles tidos como pobres têm a renda menor do que a linha da pobreza. Nesta amostra, este índice revela que, em média, os pobres possuem uma renda que é inferior em 23,22% a renda correspondente a linha de pobreza.

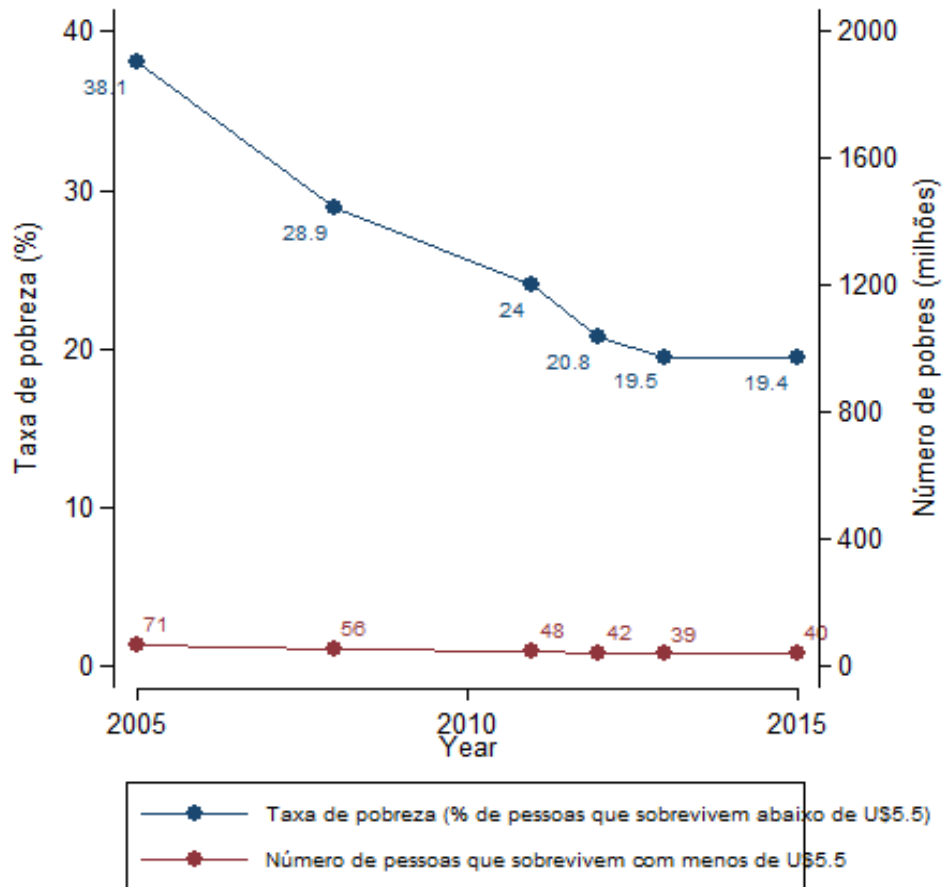
Observa-se que, quase a metade dos brasileiros vive com cerca de R\$ 463,00 mensais o que corresponde a um pouco mais de meio salário mínimo relativo ano de 2015, demonstrando que o Brasil é um país que apresenta grande concentração de renda e desigualdade. Esta análise também se faz presente no trabalho de Morgan (2017), que afirma que apesar de haver uma redução na pobreza ao longo dos últimos 12 anos, os ganhos das camadas mais altas da população continuam desproporcionais em relação ao aumento de renda das camadas mais pobres da população. Assim, segundo o autor o crescimento de renda dos mais pobres é inferior ao aumento de renda total do país.

O índice nomeado por Diferença de pobreza agregada corresponde ao valor de renda necessário a ser transferido aos pobres para que todos os indivíduos alcançassem uma renda domiciliar *per capita* elevada ao valor da linha de pobreza. Neste caso, o valor é de  $2,84 \times 10^{10}$ , ou seja, R\$ 28.400.000.000,00 mensais seria o montante de transferência de renda necessário para extinguir a pobreza no país, de acordo com este índice. É importante ressaltar, que esta análise é feita sob a consideração de que todas as pessoas pobres receberiam o valor que corresponde exatamente à diferença entre a linha de pobreza e a renda correspondente a renda domiciliar *per capita*.

Utilizando da base de dados da *PovcalNet*, que, como descrito anteriormente, é uma base de dados mantida pelo Banco Mundial e voltada para os estudos em relação à pobreza e à desigualdade mundial, estima-se como pode ser observado na Figura 1 a evolução da proporção de pobres no Brasil. É importante a ressalva de que a base de dados da *PovcalNet* é corrigida pelo índice PPP para o ano de 2011, por isto, a diferença para os dados relativos a PNAD.

Apesar do uso de índice deflator diferente, as estimações por meio da *PovcalNet* vão de encontro como os resultados anteriormente apresentados. A redução da proporção de pobres no Brasil, no período analisado é incontestável, como poder ser observado na Figura 1.

**Figura 1** - Proporção de pobres no Brasil.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da *PovcalNet*.

Observa-se na Tabela 2 esta mesma análise para os indivíduos auto declarados pretos ou pardos, onde o resultado relativo à proporção de pobres demonstra que 59,5% da população negra possuem renda inferior a linha de pobreza. Além disto, tem-se que neste recorte da amostra a população negra/parda tem a renda em 29,27% a menos do que a que corresponde a linha de pobreza.

**Tabela 2** - Estimativa dos índices FGTs para a população negra - 2015.

Medidas de pobreza-relativas à renda	Renda deflacionada (renda_df)
Proporção de pobres (%)	59.572
Proporção de indivíduos na extrema pobreza (%)	29.410
Diferença de pobreza agregada	1,95x10 <sup>13</sup>
Diferença de pobreza <i>per capita</i>	179.591
Taxa de hiato da pobreza	29.273
Diferença de rendimento	49.139
Índice FGT(0.5) *100	48.583
Índice FGT(1.5) *100	39.784
Índice FGT(2.0) *100	22.807
Índice FGT(2.5) *100	18.474
Índice FGT(3.0) *100	15.400
Índice FGT(3.5) *100	13.126
Índice FGT(4.0) *100	11.388
Índice FGT(4.5) *100	10.027
Índice FGT(5.0) *100	8.937

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD - 2015.

Este resultado é semelhante ao apresentado por Silva (2020), que a partir de estimação econométrica e utilizando como referência de linha de pobreza o salário mínimo, revela que os mais baixos níveis de renda encontrados pelo autor são formados majoritariamente por indivíduos auto declarados negros. Segundo o autor a pobreza no Brasil em relação as pessoas que sobrevivem com menos de um salário mínimo mensais atinge principalmente os negros, dado que segundo suas estimativas, 64,5% da população em situação de pobreza são negros.

Por outro lado, Silva (2020) afirma que a partir do ano de 2014 pode-se observar um aumento na proporção de negros em todos os níveis de renda, ou seja, em todos os níveis de renda estudados pelo autor houve acréscimo de rendimentos pelos negros, representando uma melhora significativa na renda *per capita* destes indivíduos e um deslocamento entre os estratos de renda. Segundo o autor este resultado pode ser atribuído as políticas que tem como objetivo a redução da desigualdade racial.

A **Tabela 3** descreve os mesmos índices apresentados até o momento, com o único diferencial sendo o ano de análise, neste caso, os resultados são referentes aos dados da PNAD do ano de 2009. Destaca-se que na análise de indicadores de pobreza para os indivíduos negros/pardos tem-se que 82% das pessoas deste grupo estavam abaixo da linha de pobreza neste ano. Vale a ressalva que a renda foi deflacionada utilizando o ano de 2018 como base para que a análise pudesse ser coerente.

**Tabela 3** - Estimativa dos índices FGTs para a população negra - 2009.

Medidas de pobreza-relativas à renda	Renda deflacionada (renda_df)
Proporção de pobres (%)	82.666
Proporção de indivíduos na extrema pobreza (%)	54.574
Diferença de pobreza agregada	2,84x10 <sup>13</sup>
Diferença de pobreza <i>per capita</i>	298.412
Taxa de hiato da pobreza	48.641
Diferença de rendimento	58.840

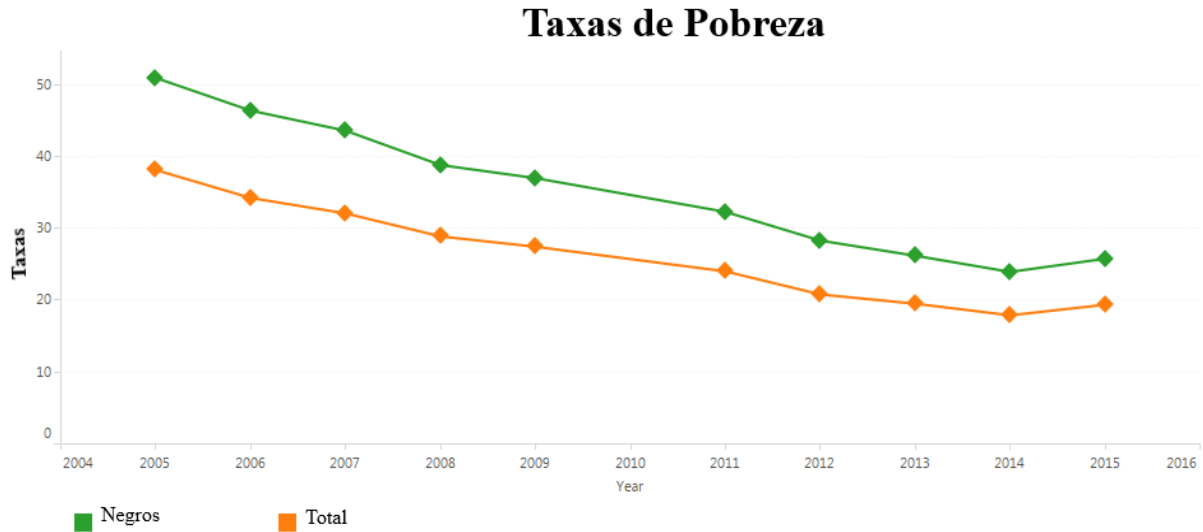
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD - 2009.

Para o ano de 2009, tem-se que a população negra/parda tinha rendimentos inferiores em 48,6% do valor que corresponde a linha de pobreza adotada nesta pesquisa.

Dando ênfase ao perfil da pobreza étnica, verifica-se que a taxa de pobreza dos indivíduos negros caiu de 82% para 59,5%, o que contribuiu em um declínio também na taxa de pobreza total do país, que no ano de 2009 correspondia a 71% das pessoas sendo classificadas como pobres e no ano de 2015 atingiu o patamar de 49%.

A Figura 2 apresenta o comportamento das taxas de pobreza em relação a população total e ao grupo dos indivíduos autodeclarados negros. Nota-se que a taxa de pobreza no grupo apresentou maiores níveis de redução em relação ao índice geral de pobreza, o que reafirma os resultados apresentados de que a redução da desigualdade racial de renda contribuiu para a redução dos índices de pobreza no Brasil.

**Figura 2 - Linhas de pobreza.**

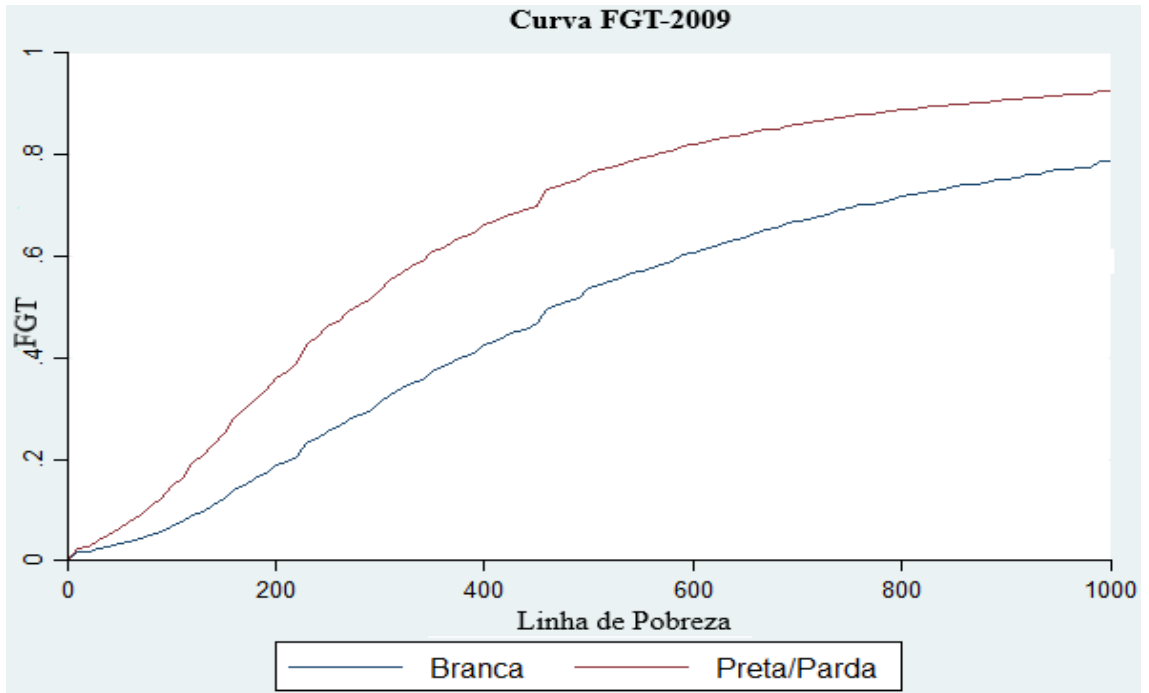


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da *PovcalNet*.

Outra análise interessante a respeito das diferenças étnicas de um país é relacionada com o comportamento dos índices de pobreza dado um determinado grupo étnico. As Figura 3 e 4 demonstram, para os dados de 2009 e 2015 respectivamente, a variação do nível de pobreza com os diferentes níveis de renda dado a raça do indivíduo. Nota-se que o índice de pobreza aumenta para os negros conforme aumenta o nível de renda, ou seja, dado o aumento de renda maior o número de pobres.

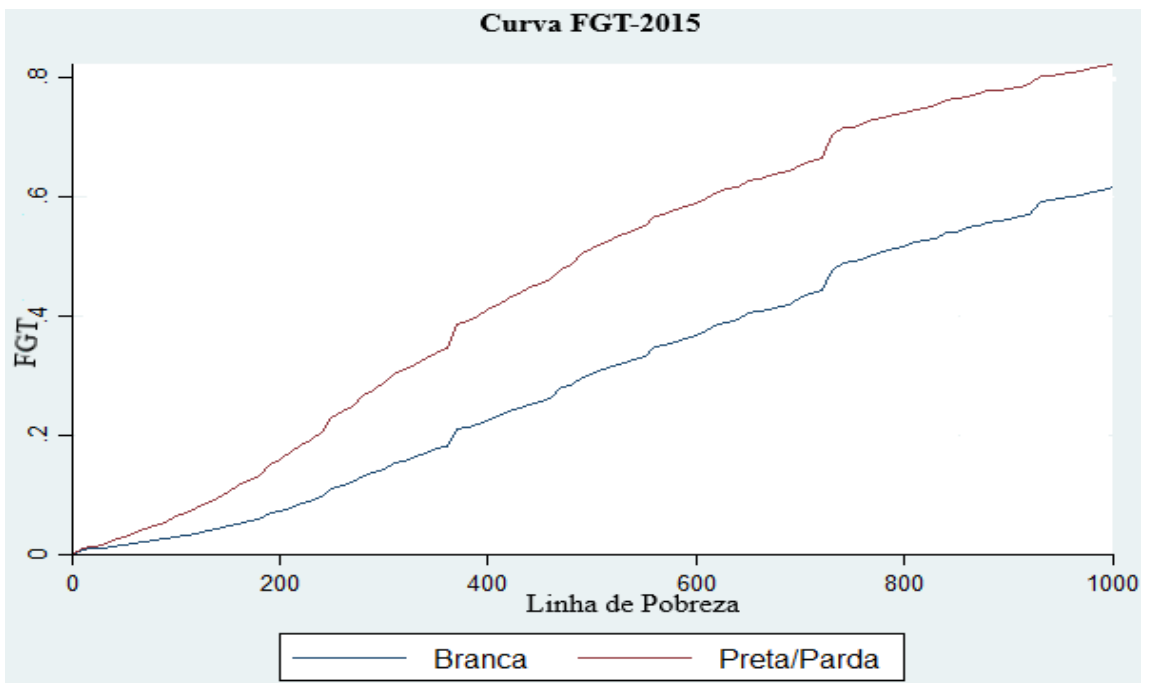
Ao analisar as figuras de maneira comparativa, percebe-se que para o ano de 2015 existe uma redução de índice de pobreza para cada nível de renda, destaca-se na Figura 4 a redução de em média 0.2 no valor que representa o índice de pobreza FGT dos indivíduos negros, esta como as outras já apresentadas demonstra que os índices relativos a pobreza sofreram redução e que a redução da desigualdade foi um importante mecanismo para tal.

**Figura 3 - Curva FGT 2009.**



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD.

**Figura 4 - Curva FGT 2015.**



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD.

Os resultados apresentados até o momento são similares aos obtidos por Campello e Howell (2018), que evidenciam a desigualdade de renda entre brancos e negros. Os autores mostram que o período compreendido entre 2002 e 2015 foi marcado pelo aumento de rendimentos por parte da população negra em grande parte dos percentis de renda analisado pelos autores.

Na presente pesquisa foi possível perceber que os índices de pobreza sofreram contração no período, no que se refere aos efeitos da desigualdade racial sobre os rendimentos, nota-se uma considerável redução dos índices de pobreza dos indivíduos negros. Esse efeito pode ser atribuído a uma possível melhora nas políticas de promoção da redução da desigualdade racial.

Outra possível explicação para a elevação da renda do brasileiro no período analisado está relacionada com as políticas assistencialistas, que ganharam destaque, em relação a abrangência dos beneficiados no período. Ao longo dos últimos anos, este tipo de política pública ganhou força e garantiu renda a milhares de brasileiros, como é o caso do Programa Bolsa Família, que garante renda às famílias eleitas pelas diretrizes do programa. Assim, este tipo de política pode ser descrito como importante ferramenta de assistência social brasileira e no combate à fome e a miséria (Cordóva e Alves, 2019).

Segundo o relatório anual dos estudos referentes a pobreza e prosperidade, publicado pelo Banco Mundial (2018) a queda da pobreza no Brasil deve ser atribuída ao crescimento econômico no período entre 2001 a 2012, que apesar das recentes crises econômicas, segundo o estudo este período foi fundamental para garantir a força das políticas voltadas para o combate à pobreza, a formalização de várias pessoas no mercado de trabalho, além das altas do salário mínimo.

## 4.2 Índices de distribuição de renda

O índice de distribuição de renda mais conhecido e de maior aplicação na literatura é o índice de Gini, que mede o grau de desigualdade na distribuição dos indivíduos de acordo com a renda familiar *per capita*, sendo a variação de sua amplitude de zero, quando não há perfeita igualdade, a um, quando a desigualdade é máxima (Banco Mundial, 2017).

Para a estimativa global do índice de Gini para toda a população brasileira analisaram-se os micros dados da PNAD do ano de 2015. Por meio da estimativa do índice de Gini, observa-se na Tabela 4 o coeficiente de 0.51, ou seja, nesta amostra o grau de desigualdade da população brasileira é de 0.51.

**Tabela 4** - Índices de distribuição de renda - 2015.

Estimação da desigualdade de renda	
Desvio médio relativo	.3751
Coeficiente de variação	1.51
Desvio padrão de log	.9804
Coeficiente de Gini	.5192
Medida Mehran	.6518
Medida Piesch	.4529
Medida Kakwani	.2254
Índice de Theil	.5380
Média log Theil	.4732

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD - 2015.

Utilizando a mesma metodologia para o cálculo do índice de Gini do ano de 2015, fez-se a análise para o ano de 2009. A estimativa resultou em um valor de 0.54 que reflete à desigualdade entre os brasileiros, como se observa na Tabela 5.

**Tabela 5** - Índice de distribuição de renda - 2009.

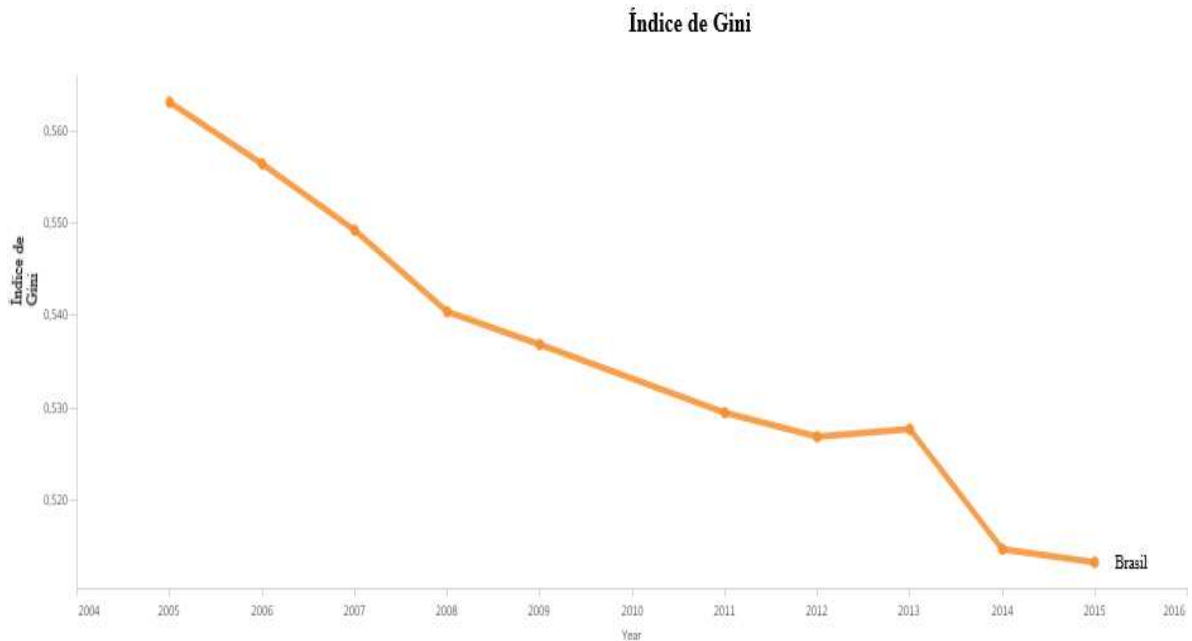
Estimação da desigualdade de renda	
Desvio médio relativo	.39769899
Coeficiente de variação	1.729.711
Desvio padrão de log	1.01
Coeficiente de Gini	0.5459

Medida Mehran	.6801
Medida Piesch	.4788
Medida Kakwani	.2469
Índice de Theil	.6029
Média log Theil	.5085

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD - 2009.

Graficamente, tem-se a representação do comportamento do índice de Gini na Figura 5 nota-se que o índice de Gini teve uma queda significativa no período de 2005 a 2012, o que demonstra a queda da desigualdade de renda entre as famílias brasileiras. Nota-se também que após este período a desigualdade tem reduzido de maneira mais contida como explanado na Tabela 4 e na Tabela 5 (já apresentadas anteriormente).

**Figura 5 - Índice de Gini.**



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD.

Assim, pode-se afirmar que são inegáveis os avanços no combate à pobreza que possibilitaram a muitos brasileiros atingirem um nível maior de rendimentos. No entanto, essas pessoas ainda são vulneráveis em relação à igualdade de renda e em uma análise mais profunda à igualdade de oportunidades, o Brasil continua com a predominância de um cenário de desigualdade entre as pessoas (Dantas; Miranda, 2019).

O trabalho de Arrais (2019) apresenta resultado similar ao apresentando nesta pesquisa no que se refere ao índice de Gini. O autor ressalta que historicamente o Estado é um importante ator na redução da pobreza, utilizando de ações em torno do Salário Mínimo, dos programas assistencialistas e de garantia de renda mínima, no entanto estas medidas contribuem de forma mais eficaz no combate à pobreza, do que nos índices de desigualdade, uma vez que garantir renda a uma parcela da população não garante que ela esteja em condições de igualdade às camadas mais favorecidas da sociedade (Schwarcz, 2018).

Da mesma maneira, Ferraretto (2020) expõe em seu trabalho que o indicador de desigualdade de renda medido pelo índice de Gini apresentou uma queda de 1% na desigualdade no período de 2004 a 2014, o que representa uma redução de 1,48% de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, vale ressaltar que o autor utiliza como referência o valor de meio salário mínimo para classificar as pessoas como pobres e não pobres.

Ferraretto (2020) afirma que o programa Bolsa Família é uma variável positiva em relação a diminuição da pobreza entre os brasileiros. Segundo o autor os recursos utilizados no programa foram de grande importância na redução da desigualdade na maioria dos estados brasileiros, dado que em 16 estados, a pobreza reduziu cerca de 1,90% nos primeiros anos do Bolsa Família.

A **Tabela 6** apresenta de forma reduzida as estatísticas de desigualdade em relação à Etnia com os dados de 2015. Observa-se que coeficiente de Gini apresenta o valor de 0.47, retratando a desigualdade em relação aos indivíduos negros/pardos. Na Tabela 7 tem-se o mesmo resultado referente ao ano de 2009, o coeficiente de Gini calculado é de 0.50.

**Tabela 6** - Índice de distribuição de renda por Etnia - 2015.

Estimação da desigualdade de renda - Por Etnia	
Desvio médio relativo	.3355
Coeficiente de variação	1.28
Desvio padrão de log	.9221
Coeficiente de Gini	.4745
Medida Mehran	.6119
Medida Piesch	.4058
Medida Kakwani	.1914
Índice de Theil	.4378

Média log Theil .3942

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD - 2015.

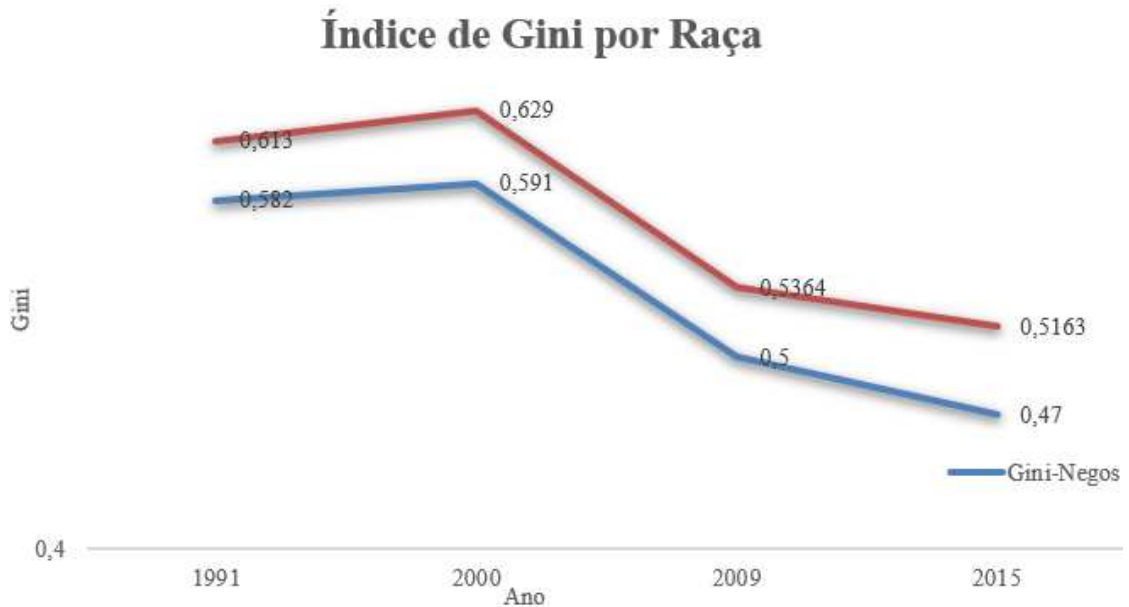
**Tabela 7** - Índice de distribuição de renda por Etnia - 2009.

Estimação da desigualdade de renda - Por Etnia	
Desvio médio relativo	.3608
Coeficiente de variação	1.56
Desvio padrão de log	.9471
Coeficiente de Gini	.5042
Medida Mehran	.6422
Medida Piesch	.4352
Medida Kakwani	.2135
Índice de Theil	.5069
Média log Theil	.4211

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD - 2009.

O índice de Gini relativo aos dados correspondentes à Etnia sofreu redução modesta nesse intervalo de tempo, indicando uma pequena retração da desigualdade étnica, ou seja, os índices calculados nos valores de 0,50 e 0,47 para 2009 e 2015 respectivamente, retratam a redução de desigualdade de 0,03 na desigualdade dentro do grupo étnico avaliado nesta pesquisa, estas informações são representas na **Figura 6**.

**Figura 6 - Índice de Gini por raça.**



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD.

Dado que os valores referentes ao Gini da população total apresentam comportamento semelhante ao apresentado para o grupo étnico, isso torna o componente relativo ao grupo em análise muito próximo ao do grupo geral. Assim, pode-se dizer que a queda geral do índice de Gini pode ser atribuída ao sucesso do país na redução da desigualdade étnica (Ravallion, 2019).

Os resultados referentes ao Gini inter-racial deste trabalho estão alinhados com os resultados apresentados por Álvarez (2013), Freitas e Sampaio (2015) e Salardi (2016), todas estas obras abastecem a literatura no que se diz respeito aos rendimentos da população negra, mostrando a tendência de aumento nos últimos anos, revelando uma queda na desigualdade. Os autores acreditam que esta redução pode ser atribuída ao aumento dos anos de escolaridade dos indivíduos negros, que conseqüentemente conseguiram maiores remunerações.

De maneira similar, Saraiva e Campos (2019) utilizam de decomposições contrafactuais para medirem os níveis de desigualdade entre brancos e negros, os autores apresentam como resultado que no período de 2001 a 2014 a desigualdade racial vem apresentando quedas e o aumento de renda por parte do recorte populacional referente aos negros vem aumentando, mesmo que de forma modesta, estes avanços corroboram com os resultados encontrados nesta pesquisa.

### 4.3 Decomposições de índices de pobreza e distribuição de renda

A análise dos valores relativos aos índices de pobreza e de distribuição de renda para a população de forma geral tem validade, mas é bastante limitada quando se deseja aprofundar o comportamento destes indicadores para os grupos sociais mais detalhados (Ravallion, 2016; 2019). Uma boa maneira de superar esta limitação é estimar estes indicadores para cortes da amostra, no caso deste trabalho, o grupo referente à raça dos indivíduos e controlar a precisão das estimativas.

A partir da decomposição dos índices de pobreza em relação aos grupos étnicos avaliados nesta pesquisa, observam-se na Tabela 8 algumas estatísticas descritivas para os grupos populacionais a partir dos dados da PNAD de 2015. A população auto declarada branca representa os 45% da população com renda média de R\$1.294,00, dentro do grupo aqueles considerados pobres pela Linha de Pobreza já definida anteriormente, possuem renda média de R\$347,00, o último índice da tabela revela o gap de pobreza deste grupo, que tem o valor de R\$265,00.

**Tabela 8** - Média de renda por Etnia - 2015.

Cor ou raça: Branca Preta/Parda	População	Média	Média de Pobres	Média Gap da Pobreza
Branca	0.45277	129.415.825	34.791.035	26.558.965
Preta/Parda	0.54723	70.444.511	31.203.157	30.146.843

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD - 2015.

Ainda analisando a Tabela 8 notam-se os valores relativos aos indicadores de pobreza para o grupo dos negros e pardos da amostra, onde, 54% da amostra possuem renda média em torno de R\$704,00, a população deste recorte amostral classificada como pobres tem a renda média de R\$312,00 e o gap de pobreza entre os indivíduos da amostra é de R\$301,00.

Realizou-se as mesmas estimativas quanto aos indicadores de pobreza para os dados da PNAD 2009, e os resultados estão apresentados na Tabela 9. Em relação aos negros e pardos 51% da população tinha a renda média estimada em R\$ 423,00, e a parcela pobre tinha renda equivalente a R\$252,00, com um gap médio de pobreza correspondente a R\$360,00.

**Tabela 9** - Média de renda por Etnia - 2009.

Cor ou raça: Branca Preta/Parda	População	Média	Média de Pobres	Média Gap da Pobreza
Branca	0.48292	82.146.666	31.066.643	30.283.357
Preta/Parda	0.51708	42.351.278	25.251.589	36.098.411

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD - 2009.

Estes resultados vão de acordo com todos os demais apresentados até agora, onde a renda da população negra/parda teve elevação no período analisado, no entanto, apesar da renda e do declínio dos índices de pobreza, quando se comparado aos indivíduos brancos a redução da pobreza deste grupo ainda é inferior, o que retrata a desigualdade racial de renda.

Segundo Treuke (2018), estes resultados podem ser explicados pela formação histórica dos povos latinos, dado que a pobreza é altamente correlacionada com o grupo ao qual o indivíduo está inserido. A partir da classe social, o autor afirma que é possível notar ainda os efeitos da segregação étnico-racial e evidencia uma maior magnitude da pobreza em relação a população negra. O autor discorre que os grupos ditos como inferiores sofrem pela privação de recursos e oportunidades, aumentando assim, a chance de pobreza da próxima geração, conclusão esta que também pode ser observada na obra de Akbar, Li, Shertzer e Walsh (2019).

Os resultados aqui apresentados também podem ser discutidos pela ótica de concentração de renda e da desigualdade da distribuição de recursos a população. Segundo Bastos (2017), fica evidente na maioria dos países Latinos que o crescimento econômico é geralmente capturado por aqueles que auferem maiores rendimentos, o que retrata a distorção socioeconômica da sociedade.

Uma análise dos indicadores de pobreza para os sub grupos amostrais, também permite identificar a proporção de pobres por grupo analisado de forma mais específica, possibilitando a análise da participação relativa da pobreza por cada grupo. Na Tabela 10 são apresentados esses resultados, para a amostra do ano de 2015 nota-se que os negros representam uma parcela de 66% da pobreza medida em termos do índice capaz de medir a proporção de pobres da amostra. No que se refere aos brancos tem-se que esses representam 33% da pobreza medida pelo mesmo índice.

Quando se analisa a intensidade da pobreza em relação aos grupos estudados, tem-se pelas estimativas da Tabela 10, que a pobreza medida em termos do índice FGT (1) é de 68% para os

indivíduos negros/pardos e 31% para os indivíduos brancos. O que contribui para as discussões supracitadas, revelando mais uma vez a disparidade de rendimentos em relação às diferenças étnicas dos indivíduos.

**Tabela 10** - Participação relativa da pobreza - 2015.

Cor ou raça: Branca Preta/Parda	a=0	a=1	a=2
Branca	0.33784	0.31010	0.29572
Preta/Parda	0.66216	0.68990	0.70428

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD - 2015.

A Tabela 11 apresenta os resultados referentes aos riscos de pobreza das sub populações da amostra. Nota-se que se o indivíduo for negro apresenta elevada possibilidade de ser pobre, com um risco estimado em 1,21. No que se refere às pessoas de raça branca da amostra, no caso, a PNAD de 2015, o risco de ser pobre destes indivíduos é de 0.74. Assim, a possibilidade de ser pobre por ser negro é maior em 0.47 em relação os brancos, índice este que representa os efeitos da desigualdade racial.

**Tabela 11** - Risco de Pobreza por raça - 2015.

Cor ou raça: Branca Preta/Parda	a=0	a=1	a=2
Branca	0.74617	0.68490	0.65314
Preta/Parda	121.001	126.070	128.699

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD - 2015.

Na Tabela 12 estão apresentadas as estimativas dos riscos a pobreza para os dados da PNAD do ano de 2009, neste caso a possibilidade de ser pobre devido ao fato de a pessoa ser negra é de 1,14 enquanto que a estimativa para os brancos é de 0.84. Assim, quando se comparados as possibilidades de a pessoa estar abaixo da linha da pobreza ao longo do tempo, nota-se que a possibilidade de ser pobre quando se pertence ao grupo de brancos reduziu, de forma contrária, se comportou a possibilidade de pobreza dos negros/pardos.

**Tabela 12 - Risco de Pobreza por raça - 2009.**

Cor ou raça: Branca Preta/Parda	a=0	a=1	a=2
Branca	0.84175	0.75564	0.71051
Preta/Parda	114.779	122.822	127.037

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD - 2009.

Os resultados apresentados nesta pesquisa referente à possibilidade de ser pobre devido à raça vão de encontro com os encontrados na pesquisa de Osório (2018) e das notas técnicas emitidas pelo IPEA (2019), ambos os trabalhos concluem que a desigualdade racial alavanca de forma considerável as possibilidades de pobreza.

Assim, para Osório (2018) existe a necessidade de maior atenção nas ações que possam reduzir a desigualdade racial de renda, uma vez que a partir desta seria mais notável uma redução na pobreza nacional, já que como o exposto até o momento a redução da pobreza entre os negros/pardos tem acontecido de forma mais lenta.

Segundo Osório (2009) independente da faixa de distribuição de renda, os negros sempre estão abaixo da curva de rendimentos dos brancos. Quando isto acontece segundo o autor, pode-se fazer duas breves conclusões, a primeira é que se a renda é tida como indicador de bem estar, o grupo dos brancos terá mais bem estar que o dos negros. A segunda é que independente da linha de pobreza utilizada, se a pobreza for definida como insuficiência de renda, os negros serão sempre mais pobres que os brancos.

Segundo o texto “A desigualdade Racial da pobreza no Brasil” (IPEA, 2019), os resultados da discriminação racial ficam ainda mais evidentes quando se observa que o nível de indicadores de negros e pardos do ano de 2014 era bastante similar aos de brancos para o ano de 2004, mostrando assim uma diferença de 10 anos para que as raças tivessem rendimentos similares.

Seguindo a mesma linha de pensamento Gomes e Laborne (2018), afirmam que a superação da desigualdade racial é o maior desafio no enfrentamento da pobreza para o país, os autores destacam que a raça vem sendo critério fundamental para as distribuições de possibilidades e oportunidades aos indivíduos, o que caracteriza uma sociedade marcada pelas antigas formas de relacionamento. E a superação deste perfil social, será capaz de reduzir os índices de pobreza de forma considerável.

Assim, é relevante mencionar a conclusão de Osório (2009) sobre a desigualdade racial de renda. Segundo o autor estudar a existência da desigualdade entre os grupos implica comparar suas distribuições em dois aspectos: nível e forma. Além disso, é preciso se levar em consideração que além de constatar as desigualdades entre grupos, é preciso analisar as consequências da desigualdade entre eles para a distribuição nacional. Os efeitos da desigualdade racial de renda se traduzem na distribuição nacional e configura o padrão de bem estar e pobreza para o país como um todo.

Em Suma, a reduzir a desigualdade racial de renda, é um processo que envolve dimensões culturais, políticas e de valores, a partir daí espera-se que os resultados atinjam a dimensão econômica (Madeira e Gomes, 2018). Uma vez que os indicadores apresentados revelam a necessidade de se considerar a interseção entre a etnia e as condições sociais dos indivíduos.

#### **4.4 Elasticidade Desigualdade da Pobreza**

Utilizando da metodologia apresentada, esta seção apresenta os resultados referentes ao cálculo das elasticidades dos índices de pobreza e desigualdade dentro e entre os grupos étnicos. O objetivo do emprego da metodologia de elasticidade nesta pesquisa é medir a sensibilidade da pobreza em relação a variação na desigualdade, podendo assim mensurar o efeito da redução dos índices de desigualdade que vem sendo observado ao longo dos últimos anos.

Esta pesquisa se concentrou em mensurar os impactos da desigualdade racial de renda sobre a pobreza, sendo assim, a população foi dividida em dois grupos étnicos distintos, negros e não negros para que fosse possível identificar a contribuição étnica para a redução da pobreza nacional. Segundo Ravallion (2019) espera-se que a diminuição do nível de pobreza e desigualdade em um subgrupo, leve à redução da pobreza para a população como um todo, o que demonstra que os efeitos do crescimento de renda, são distribuídos a todos os grupos da população (Ravallion e Chen, 2003).

A elasticidade da pobreza com relação a desigualdade é positiva, como pode ser observado na Tabela 13. O que indica que a redução de 1% na desigualdade reduz a pobreza em 0,45%. Estes resultados são em relação aos dados da PNAD para o ano de 2015.

**Tabela 13** - Elasticidade desigualdade da pobreza - 2015.

<b>Elasticidades por Grupos</b>		
<b>Grupos</b>	<b>Parcela da população</b>	<b>Elasticidade</b>
1: Branca	0.417233	0.730711
2: Preta/Parda	0.574356	0.195463
Dentro da amostra	.	0.498015
Entre os indivíduos da amostra	.	1.036.986
População	1.000.000	0.454450

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD - 2015.

A elasticidade também apresenta valores positivos em relação aos grupos étnicos, estimando-se que a redução de 1% na desigualdade reduza a pobreza em 0,19% entre os indivíduos negros e brancos da amostra. Em relação a análise dentro do grupo, tem-se que a redução da desigualdade em 1% gere o decréscimo da pobreza em 0,49% entre os indivíduos que compõem o grupo dos negros.

Os resultados dos dados da PNAD do ano de 2009 em relação a elasticidade são descritos na Tabela 14 -. Observando a tabela, nota-se que a elasticidade da pobreza em relação a desigualdade para o grupo dos negros possui valor negativo, o que indica que a redução da desigualdade em 1% aumenta a pobreza entre os indivíduos em 0.17%. Este resultado revela que para o ano de 2009, o efeito da redução da pobreza não gerou impacto sobre a redistribuição de renda.

**Tabela 14** - Elasticidade desigualdade da pobreza - 2009.

<b>Elasticidades por Grupos</b>		
<b>Grupos</b>	<b>Parcela da população</b>	<b>Elasticidade</b>
1: Branca	0.445590	0.162777
2: Preta/Parda	0.548198	-0.171826
Dentro da amostra	.	0.025843
Entre os indivíduos da amostra	.	0.329128
População	1.000.000	-0.001788

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PNAD - 2009.

A indicação de que a redução da desigualdade entre negros e brancos gerou mais pobreza entre os indivíduos, vai de encontro com a afirmação de Thillainathan e Cheong (2018), de que

as políticas redistributivas baseadas na raça devem se concentrar em ações afirmativas baseadas nas necessidades e não apenas em medidas redistributivas de renda, afim de conceder ferramentas capazes de colocar as raças em igualdade de oportunidades.

Apesar da diferença metodológica desta pesquisa para outros trabalhos em relação ao tema, algumas comparações podem ser feitas quando se trata da análise de elasticidade desigualdade da pobreza.

Os resultados apresentados por Taques e Oliveira (2014) reforçam os resultados aqui encontrados. Apesar de os autores não trabalharem com grupos de indivíduos, os resultados apresentados por eles indicam a forte influência da redução da desigualdade sobre os índices de pobreza, permitindo a inferência de que se reduzir a desigualdade entre os indivíduos existe uma resposta positiva em relação a redução da pobreza.

Annegues, Souza, Figueiredo e Lima (2015), também discorrem sobre o comportamento da elasticidade pobreza da desigualdade e revelam a partir de seus resultados uma maior efetividade da redução da pobreza brasileira a partir da redução dos níveis de desigualdade entre os indivíduos, demonstrando que a pobreza no Brasil é mais relacionada com a desigualdade do que com o crescimento econômico.

O comportamento da elasticidade desigualdade da pobreza apresentado neste trabalho sé similar aos encontrados também em Souza e Almeida (2018), Souza (2019) e Araújo (2019), indo ao encontro com as teorias dispostas na literatura sobre a relação estabelecida entre desigualdade e pobreza, ou seja, os resultados revelam estatisticamente que a pobreza é sensível a alterações nos níveis de desigualdade, reforçando a ideia de que políticas que tenham como objetivo a redução da pobreza só serão realmente eficazes se associadas à medidas de controle da desigualdade (Ravallion e Chen, 2003).

Em uma análise focada na Amazônia, Oliveira, Carvalho, Guimarães, Barros e Filho (2019) apresentam conclusões semelhantes as análises feitas sobre os resultados apresentados neste trabalho. Os resultados explanados pelos autores, salientam para a importância da redução na desigualdade na busca pelo desenvolvimento econômico. Apesar de a renda ser fator determinante para retirar as pessoas da situação de pobreza, os autores reforçam as teorias de que as ações referentes a redução da pobreza são potencializadas quando estas são acompanhadas de medidas redistributivas.

Apesar da maioria dos trabalhos referentes a elasticidade da pobreza no Brasil concentrarem suas análises sobre a população de uma maneira geral, pode-se afirmar que o comportamento da redução da desigualdade étnica é similar ao da desigualdade total, uma vez que os resultados apresentados neste trabalho, revelam que a redução dos níveis de desigualdade entre os grupos de indivíduos apresentam impacto significativo sobre a redução da pobreza, reforçando a hipótese anteriormente apresentada de que a redução da desigualdade racial reduz a pobreza.

#### **4.5 Curva de incidência de crescimento**

As curvas de incidência de crescimento (GIC) propostas por Ravallion e Chen (2003) ajudam a identificar as alterações ao longo do tempo em relação as mudanças de distribuição de renda, ou seja, o GIC revela graficamente a taxa de crescimento anual da renda *per capita* para cada percentil da distribuição de renda. Assim, a curva de incidência de crescimento é considerada uma ferramenta útil para se analisar o impacto do crescimento da renda e seus efeitos sobre a desigualdade.

Graficamente, a GIC apresenta em seu eixo vertical o crescimento anual da renda média e em seu eixo horizontal todos os indivíduos que compõe a amostra em análise, ordenados de forma crescente em relação a suas rendas, a união dessas informações dá origem a uma curva que descreve as alterações na distribuição de renda da unidade analisada (Ravallion e Chen, 2003).

As teorias que dão suporte metodológico à construção das curvas de incidência de crescimento, afirmam que o crescimento inclusivo é capaz de reduzir simultaneamente os índices de pobreza e desigualdade. Sendo que o crescimento econômico reduz a pobreza se a renda média daqueles considerados pobres aumenta e reduz a desigualdade se os índices de desigualdade, como é o caso do índice de Gini, sofrem alteração (Datt e Ravallion, 1992).

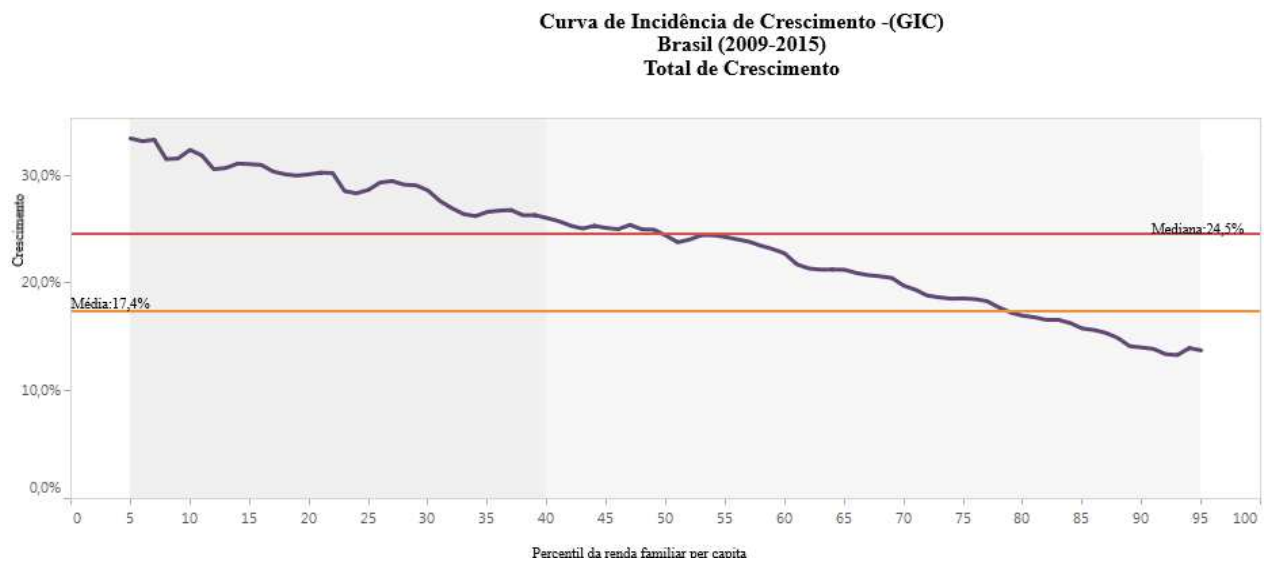
Nesta pesquisa, a GIC será a ferramenta utilizada para demonstrar as mudanças gerais na distribuição de renda observado ao longo dos últimos anos no Brasil e embasar a discussão sobre a redistribuição de renda para a parcela mais pobre da população. Sendo assim, o objetivo deste trabalho em relação a GIC é observar o formato da curva no trecho compreendido entre a pessoa mais pobre da amostra e aquela com a renda igual a linha de pobreza anteriormente definida.

Para atender os objetivos propostos, a GIC neste trabalho foi calculada a partir da base de dados disponível na *PovcalNet* empregando a metodologia exposta no item 3, lembrando que a Curva de incidência de crescimento leva em consideração as propriedades da curva de Lorenz em sua decomposição, sendo assim mudanças na curva de Lorenz representam o componente distributivo da variação da renda em cada percentil.

Para efeitos de análise, tem-se que sempre que a taxa de crescimento de renda de um determinado percentil for maior que a taxa de crescimento da renda média implicará em queda na desigualdade, favorecendo o percentil em questão. No caso desta pesquisa, o principal objeto de estudo são os efeitos da redução da desigualdade de renda racial sobre a pobreza. Tendo em vista a partir da análise dos índices de pobreza e desigualdade que cerca de 59% da população negra vivem abaixo da linha de pobreza, então a análise aqui proposta será focada nos percentis mais pobres da amostra.

O GIC resultante da Figura 7 indica que a taxa de incidência de crescimento no período compreendido entre 2009 a 2015 tendeu a favorecer os percentis mais baixos da amostra. A taxa de crescimento na renda familiar *per capita* atingiu sua maior variação, em torno de 35% para o percentil 5. De maneira geral, a curva de incidência de crescimento variou de forma positiva para todos os percentis, o que permite a inferência de que a taxa de pobreza caiu para todos os níveis de renda. Dado que as taxas de crescimento tenderam a ser maiores para os percentis mais pobres, pode-se afirmar que houve queda na desigualdade neste período.

**Figura 7** - Curva de incidência de crescimento.



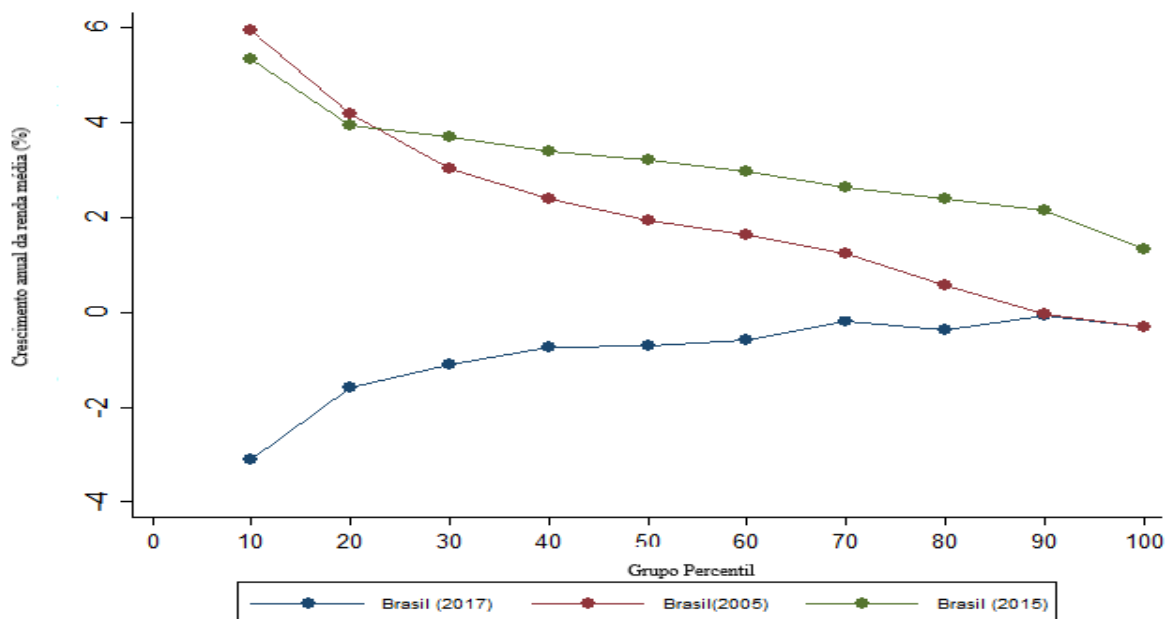
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da PovcalNet.

A GIC, infelizmente não pode ser dividida por Etnia, dado a limitação de dados. No entanto, como já exposto, os índices de pobreza revelam que grande parte das pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza no Brasil, são autodeclarados negros, permitindo a inferência de que se os percentis mais baixos da amostra foram beneficiados, o grupo de negros também foi beneficiado com o crescimento positivo e com a redução dos níveis de pobreza.

A Figura 8 descreve a distribuição do crescimento do Brasil, de uma maneira geral, com o diferencial de as três curvas apresentadas na figura representarem o período e o subperíodo analisado. Observa-se que, no ano de 2005 os efeitos do crescimento econômico podem ser considerados pró pobre, tornando a distribuição de renda gradativamente mais igualitária.

Na Figura 8 também está representada a curva de incidência de crescimento para o ano de 2015, e revela que para esse ano assim como em 2005 o crescimento anual foi a favor dos percentis mais pobres da população, sendo que, as taxas de crescimento para os maiores percentis de renda, apresentaram elevação, o que caracteriza um aumento de renda a todos os indivíduos da amostra. O ano de 2017 representado na Figura 8 revela que os índices de crescimento de renda voltados a camada mais pobre da população sofreram redução considerável, apresentando comportamento contrário as outras curvas, a GIC do ano de 2017 revela maior crescimento de renda para a parcela dos quantis 5 a 9 da amostra, o que permite a afirmação de que os índices de desigualdade deste ano sofreram aumento após períodos de queda.

**Figura 8** - Curva de incidência de crescimento anual.



Fonte: Elaborado pela autora com dados da *PovcalNet*.

Resultados como os apresentados por Castelo (2007), reafirmam as análises expostas nessa pesquisa, de que o Brasil apresentou um período de sucesso no que se diz respeito a redução da pobreza, uma vez que os percentis mais pobres da população foram os mais beneficiados do crescimento econômico, ou seja, o Brasil passou por um forte movimento de crescimento pró pobre.

O caráter de crescimento pró pobre no Brasil está na literatura a respeito da pobreza e desigualdade intimamente relacionada com as políticas de distribuição e garantia de renda mínima, além do crescente movimento das políticas assistencialistas principalmente nos anos de 2002 a 2012. As políticas assistencialistas são apresentadas na grande maioria das vezes não apenas como medidas de redução da pobreza, mas como medidas que potencialmente reduzem a desigualdade e promovem a equidade entre os indivíduos (Santos e Bottega, 2019; Cordóva e Alves, 2019).

Em uma análise também baseada na curva de incidência de crescimento proposta por Ravallion e Chen (2003), Oliveira e Pinto (2010) concluem que o Brasil no período de 1995 a 2007 passou a ter uma distribuição de renda mais igualitária. Os autores destacam que quando a análise é segregada por unidades federativas, os resultados não são tão positivos, uma vez que, em estados como no caso dos da região Norte, a recessão econômica do período afetou em maior proporção a renda dos mais pobres. Então pode-se concluir que o crescimento em benefício da camada de menor renda abrangeu todo o país, no entanto, em escalas diferentes, revelando que apenas a redistribuição de renda não é medida suficiente no combate à desigualdade.

De acordo com Pochmann e Silva (2020), a política de redistribuição de renda é fator primordial na redução dos índices de desigualdade, dado que, o modelo implementado por políticas públicas de redistribuição de renda e a elevação do gasto social, foi capaz de retirar grande parcela da população da situação de pobreza, indo de encontro com os resultados aqui discutidos que revelaram um caráter de crescimento pró pobre para o período de 2005 a 2015.

Segundo Ferraretto (2020) não existe dúvida que o período de 2004 a 2014 pode ser caracterizado por uma política de crescimento pró pobre, uma vez que, além do crescimento econômico mundial, o Brasil apresentou fortes políticas de transferência de renda. Assim, o autor conclui que os recursos empregados pelo governo em programas assistenciais apresentam um bom desempenho na redução da pobreza.

Logo, segundo Ferraretto (2020) é necessário considerar-se que possíveis cortes no orçamento voltado a políticas de cunho social podem estagnar o processo de redução da pobreza. Fato comprovado em uma breve análise do autor e que vai de encontro aos resultados aqui apresentados que a partir do ano de 2017 a proporção de pessoas consideradas pobres voltou a crescer, segundo Ferraretto (2020) um aumento de 11,20% no número de pobres do país.

É importante ressaltar que a onda de crescimento voltado a parcela mais pobre da população, não é resultado apenas de políticas voltadas ao combate à pobreza, o crescimento econômico mundial no período, foi uma ferramenta importante na redução das taxas de pobreza e desigualdade em vários países. Assim, como é o caso do Brasil, estudos em outros países em torno das taxas de crescimento revelam a tendência de maior crescimento aos percentis mais pobres, como é o caso do estudo de Ravallion (2019) ao analisar a Malásia.

## 5 Conclusão

O conceito de pobreza apresenta diversas vertentes e interpretações, dentre as quais a pobreza monetária e a pobreza em seu aspecto mais amplo denominada multidimensional. Embora seja consenso que a pobreza possui caráter multidisciplinar, esta pesquisa se limitou a estimação da pobreza monetária. Assim, o trabalho levou em consideração a correlação estabelecida entre as medidas de renda e indicadores sociais para a quantificação da pobreza em termos monetários, sendo possível também estabelecer inferências sobre o bem estar social.

Nos últimos anos o Brasil presenciou uma queda sistemática e inédita nos índices de desigualdade e pobreza, mas ainda assim ocupa a posição de um dos países mais desiguais do mundo. Neste sentido, vem ganhando destaque a questão racial, que tem sido um dos principais componentes dos estudos que buscam explicar os efeitos da discriminação na desigualdade e pobreza do país.

A sociedade brasileira é marcada pela desigualdade racial e essa se manifesta em múltiplos aspectos. A desigualdade racial é atribuída a uma herança do regime escravocrata que perdurou um longo período no país e se manteve após a Abolição e foi persistente ao longo das transformações estruturais e sociais vivenciadas pelo Brasil ao longo do século XX.

Não existem teorias capazes de explicar a persistência da desigualdade racial brasileira. O problema é atribuído a incapacidade da promoção da igualdade de oportunidades e a baixa mobilidade social. A mobilidade de renda é relativamente baixa, mas não nula. A maior parte das pessoas e de maneira especial dos negros permanecem em uma posição social e rendimentos semelhante à de seus pais, o que caracteriza um ciclo viciosa da pobreza entre os negros.

A persistência da desigualdade racial no Brasil, com o foco na desigualdade racial de renda apresentado neste trabalho, pode ser atribuída associação do peso da origem social nos processos de mobilidade, integrada pela discriminação na trajetória de vida dos negros. O regime de mobilidade da sociedade brasileira faz com que os negros estejam em grande parte das vezes situados em posições relativamente semelhantes nas configurações econômicas apesar das diversas transformações pelos quais o Brasil passou ao longo dos anos.

O estudo das relações étnico-raciais vem produzindo várias interpretações e compreensão da estratificação social brasileira e, entre elas, o entendimento dos níveis de pobreza e o impacto da raça sobre o mesmo. Assim, em graus variados, a questão racial vem se fazendo presente na

agenda política do país no intuito de se melhorar as oportunidades para os indivíduos negros com o foco na redução da pobreza.

Neste sentido, o país apresentou resultados positivos em relação à redução da desigualdade, o índice de Gini, principal indicador de distribuição de renda, apresentou um decréscimo ao longo do tempo e acompanhou o movimento dos indicadores de pobreza absoluta entre os anos de 2009 a 2015. Isso pode ser atribuído em parte ao progresso da redução da desigualdade racial como foi apresentado anteriormente. Mas o resultado mais expressivo quanto à redução dos índices de pobreza é atribuído a combinação de políticas assistencialistas que ganharam destaque no período, a uma boa fase de crescimento econômico do país e do mundo, além da valorização do salário mínimo.

Os índices que representam a desigualdade de renda racial desta pesquisa mostram reduções consideráveis nos resultados analisados. No entanto, o diferencial racial nas taxas de redução de pobreza não tem sido suficiente para preencher as lacunas de diferenças de rendimentos Inter étnicos. É importante ressaltar que não há resultados tão expressivos sobre as estimativas de desigualdade dentro dos grupos étnicos. Este quesito é notório quando se nota que a redução de pobreza entre os indivíduos brancos se mostrou mais efetivo, até mesmo quando se analisado a possibilidade de o indivíduo ser classificado como pobre.

Esta pesquisa também apresentou resultados relativos à elasticidade renda da pobreza entre os brasileiros. Os resultados comprovaram a hipótese de que a dinâmica entre crescimento e pobreza ocorre significativamente distinta em relação aos grupos sociais. Assim, a elasticidade renda da pobreza revelou o mesmo padrão de outros trabalhos já apontados: a desigualdade racial de renda existe no Brasil e é um fenômeno persistente.

A estimação das Curvas de Incidência de Crescimento (GICs) evidenciaram períodos em que houve crescimento em favor dos mais pobres. Diante disso, os resultados apresentados permitem-nos concluir que o crescimento foi mais importante para aqueles que compõem os percentis inferiores de renda. No entanto, é importante ressaltar que a partir do ano de 2015 os resultados referentes a GIC começam a apresentar comportamento diferente, onde o crescimento está mais concentrado nos maiores percentis de renda.

Os resultados encontrados permitem concluir que no Brasil, a queda na desigualdade racial de renda exerce um papel tão importante quanto a redução da desigualdade de forma geral e o

crescimento econômico, no sentido de buscar um padrão de crescimento cada vez mais voltado ao combate da pobreza.

Assim, os resultados desta pesquisa sugerem que os progressos brasileiros nas tentativas de redução da desigualdade de renda racial desempenharam um papel que não pode ser desprezado na redução da pobreza nacional ao longo dos últimos dez anos. Evidenciando que as mudanças relativas aos grupos raciais da população tendem a afetar os índices de pobreza, e conseqüentemente os níveis de bem estar geral da população.

Embora a redução da desigualdade ainda venha se apresentando de forma modesta no sentido de redução da pobreza, esta é uma importante ferramenta no combate da mesma. Verificou-se que entre as raças as diferenças na renda possuem índices alarmantes, os negros possuem renda equivalente à metade da renda auferida pelos brancos, além de a população negra representar 59% dos pobres no Brasil. Fato este que contribui para ressaltar a importância da desigualdade racial de renda sobre a pobreza.

Portanto, este estudo colabora com as ideias de que os ganhos potenciais para os negros em direção à igualdade racial, não parecem ter se esgotado e merecem grande atenção. Mesmo que pequenas as reduções na desigualdade racial de renda estas são de grande importância no combate à pobreza, e obviamente na criação de uma sociedade mais justa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Izadora Regina Silva; VAZ, Daniela Verzola. Diferenciais de rendimento por gênero no mercado de trabalho: uma comparação entre as regiões brasileiras. *Abet*, Pernambuco, p. 49-67, nov. 2016.
- AKBAR, Prottoy, et al. Racial segregation in housing markets and the erosion of black wealth. w25805, National Bureau of Economic Research, maio de 2019, p. w25805. DOI.org (Crossref), doi:10.3386/w25805.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. “Income inequality, public employment and income transfers in contemporary Brazil”. *Mercator*, vol. 18, no 04, abril de 2019, p. 1–17. DOI.org (Crossref), doi:10.4215/rm2019.e18008.
- BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. “A crise econômica de 2014/2017”. *Estudos Avançados*, vol. 31, no 89, abril de 2017, p. 51–60. DOI.org (Crossref), doi:10.1590/s0103-40142017.31890006.
- BARBOSA FILHO, N. H.; SOUZA, J. A. P. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (Org.). *Brasil entre o passado e o futuro*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 57-110.
- BARRETO, Flávio Ataliba Flexa Daltro. Crescimento econômico, pobreza e desigualdade de renda: o que sabemos sobre eles? dezembro de 2005. [www.repositorio.ufc.br](http://www.repositorio.ufc.br), <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1125>.
- BARROS, Ricardo, et al. “Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira”. *Revista Econômica*, vol. 8, no 1, janeiro de 2006. DOI.org (Crossref), doi:10.22409/econômica.8i1.p158.
- BASTOS, Remo Moreira Brito. “Segregação racial e socioeconômica no sistema educacional básico dos Estados Unidos”. *Pro-Posições*, vol. 28, no suppl 1, dezembro de 2017, p. 160–81. DOI.org (Crossref), doi:10.1590/1980-6248-2016-0079.
- BOURGUIGNON, François; FERREIRA, Francisco Hg; LUSTIG, Nora (ED.). *The microeconomics of income distribution dynamics in East Asia and Latin America*. World Bank Publications, 2005.
- CAMARGO, José Marcio; GIAMBIAGI, Fábio. *Distribuição de renda no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- CAMPELLO, Tereza, et al. “Fases da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás”. *Saúde em Debate*, vol. 42, no spe3, novembro de 2018, p. 54–66. DOI.org (Crossref), doi:10.1590/0103-11042018s305.
- CARNEIRO, Douglas Mesquita, et al. “Determinantes da pobreza nas Regiões Metropolitanas do Brasil no período de 1995 a 2009”. *Nova Economia*, vol. 26, no 1, abril de 2016, p. 69–96. DOI.org (Crossref), doi:10.1590/0103-6351/2036.
- CASTEL, Robert. *Desigualdade e a questão social*. Editora Educacional, Belo Horizonte, 2000.

CHEN, M. Keith, et al. Racial Disparities in Voting Wait Times: Evidence from Smartphone Data. w26487, National Bureau of Economic Research, novembro de 2019, p. w26487. DOI.org (Crossref), doi:10.3386/w26487.

CORDOVA, Ismael de; GONCALVES ALVES, Ismael. Programas de transferência condicionada de renda na ótica dos direitos sociais: uma opção para o combate das vulnerabilidades brasileiras. Polis, Santiago, v. 18, n. 53, p. 168-191, ago. 2019.

DOLLAR, David, e AART KRAAY. “Trade, Growth, and Poverty”. The Economic Journal, vol. 114, no 493, 2004, p. F22–49.

FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes, volume 2. São Paulo, Globo, 2008.

FERNANDES, F. O negro no mundo dos brancos, 2.ed. São Paulo:Global, 2007.

FERRARETTO, Fábio. Crescimento pró-pobre: uma análise dos gastos com transferências de renda e educação na redução da pobreza no Brasil durante o período de 2004 a 2014. Sorocaba, junho, 2020.

FLORES, I. MORGAN, M. ‘Correcting for Survey Non-Response through the Income Frequency Distribution: A New Method Combining Survey and Fiscal Data in the Measurement of Inequality’, PSE working paper, June 2017.

FREITAS FILHO, PR de S. Discriminação salarial no Brasil: Inferências baseadas em incondicionalidades Regressões quantílicas internacionais. Anais do 43º Encontro Brasileiro de Economia 2015.

FRIO, Gustavo Saraiva; FONTES, Luiz Felipe Campos. Wage differentials associated with race between 2002 and 2014 in Brazil: evidence from a quantile decomposition. Organ. Soc., Salvador, v. 25, n. 87, p. 568-588, Dec. 2018.

GOMES, N. O Plano Nacional de Educação e a diversidade: dilemas, desafios e perspectivas. In: DOURADO (Org.) Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas. Belo Horizonte: Perspectiva, 2011.

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia Da Crueldade: Racismo E Extermínio Da Juventude Negra. Educ. rev., Belo Horizonte, v. 34, e197406, 2018.

GUIMARÃES, ANTÔNIO SÉRGIO A. 2012 Preconceito Racial. Modos, Temas e Tempos.

GUIMARÃES, ANTÔNIO SÉRGIO A. Classes, Raças e Democracia. São Paulo: Editora 34. 2002

HASENBALG, C. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. 2ª edição, Belo Horizonte: Editora UFMG: IUPERJ. Rio de Janeiro. 2005.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 18, supl. p. S57-S65, 2002.

HOFFMANN, Rodolfo. “Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004”. Revista Econômica, vol. 8, no 1, janeiro de 2006. DOI.org (Crossref), doi:10.22409/economica.8i1.p160.

JESUS, JOSIMAR GONÇALVES DE. Negros em movimento: migração e desigualdade racial no Brasil. Tese (Doutorado em Economia Aplicada)- Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2020.

LEE, Hwok-Aun, e MUHAMMED Abdul Khalid. “Discrimination of High Degrees: Race and Graduate Hiring in Malaysia”. *Journal of the Asia Pacific Economy*, vol. 21, no 1, janeiro de 2016, p. 53–76. DOI.org (Crossref), doi:10.1080/13547860.2015.1055948.

LOPES, José Rogério. Processos sociais de exclusão e políticas públicas de enfrentamento da pobreza. *Cad. CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 347-360, agosto. 2008.

LYNN, Laurence E., et al. “Rethinking Social Policy: Race, Poverty, and the Underclass”. *Journal of Policy Analysis and Management*, vol. 12, no 4, 1993, p. 801. DOI.org (Crossref), doi:10.2307/3325355.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 133, p. 463-479, Dec. 2018.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de; CASTRO, Fábio Avila de. O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 7-36, Mar. 2015.

MENDES, P.V.G. Ações afirmativas para afrodescendentes: as políticas de reserva de vagas no ensino superior de Brasil e Colômbia. *Clacso*, Buenos Aires, 2013.

MORGAN M. Income Inequality, Growth and Elite Taxation in Brazil: New Evidence Combining Survey and Fiscal Data, 2001-2015 In: 70. Meeting of the Society for the Study of Economic Inequality. 2017.

NERI, Marcelo e HERCULANO, Pedro, A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. Brasília, IPEA (Comunicados do Ipea, n. 155). 2012.

OLIVEIRA, R. & RACY, J. O negro na realidade socioeconômica brasileira: um estudo da participação do negro no mercado de trabalho. *Jovens Pesquisadores*, ANO II, São Paulo, 2006.

OSÓRIO, R. A desigualdade racial da pobreza no Brasil. Texto para discussão 2487- Ipea, Rio de Janeiro, julho, 2019.

OSÓRIO, R. Desigualdade Racial e Mobilidade Social no Brasil: Um Balanço das Teorias. In: *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Mário Theodoro (org.), Brasília: Ipea, Novembro, 2008.

PIORE, M. “The dual labor market: theory and implications”. In: GRUSKY, D. B. *Social stratification: class, race and gender in sociological perspective*. Colorado, Westview Press. 2008.

RAVALLION, Martin, e CHEN, Shaohua. Welfare-Consistent Global Poverty Measures. w23739, National Bureau of Economic Research, Agosto de 2017, p. w23739. DOI.org (Crossref), doi:10.3386/w23739.

RAVALLION, Martin, *The Economics of Poverty: History, Measurement and Policy*, New York: Oxford University Press. 2016.

RAVALLION, Martin. “On Measuring Global Poverty”. *Annual Review of Economics*, vol. 12, no 1, agosto de 2020, p. 167–88. DOI.org (Crossref), doi:10.1146/annurev-economics-081919-022924.

RAVALLION, Martin. *Ethnic Inequality and Poverty in Malaysia Since 1969*. w25640, National Bureau of Economic Research, março de 2019, p. w25640. DOI.org (Crossref), doi:10.3386/w25640.

REZZOAGLI, L. Las transferencias monetarias condicionadas como receta latinoamericana de inclusión social y cumplimiento de los derechos humanos: problemáticas y desafíos. *Revista de la Facultad de Derecho y Ciencias Políticas*, v. 48, n. 129, p. 459 - 489, 11 ago. 2020.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* 1a. ed, FGV, 2003.

ROMERO, Dalia Elena; MAIA, Leo; MUZY, Jessica. Tendência e desigualdade na completude da informação sobre raça/cor dos óbitos de idosos no Sistema de Informações sobre Mortalidade no Brasil, entre 2000 e 2015. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 12, e00223218, 2019.

SALARDI, P. A evolução da segregação ocupacional de gênero e racial através do formal e Mercados de trabalho não formais no Brasil, 1987 a 2006. *Review of Income and Wealth*, v.62, n.S1, 2016.

SANTOS, Boaventura De Sousa, *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*– 2ª ed. – (São Paulo: Cortez) – (Coleção para um novo senso comum – v.4), 2008.

SCHWARCZ, L. M. & GOMES, F. (Org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. SP: CIA das Letras, 2018.

SECCHI, Leonardo, *Políticas Públicas - Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos* (São Paulo: Cengage Learning), 2012.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. 1ª ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 461p.

SILVA, Cifuentes, et al. *Pobreza, mercado de trabalho e políticas sociais no Brasil: evolução de 1992 a 2014*. 2020. repositorio.unicamp.br.

SILVA, Márcia Regina de Lima; RIOS, Flavia; FRANÇA, Danilo. *Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009)*. In: *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil* [S.l: s.n.], 2013.

SILVEIRA, Fernando Gaiger; REZENDE, Fernando ; AFONSO, José e FERREIRA, Jhonatan, *Fiscal Equity: Distributional Impacts of Taxation and Social Spending in Brazil* (October 1, 2013). IPC Working Paper No. 115, Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2547949>

SOARES, S. *A demografia da cor: a composição da população Brasileira de 1890 a 2007*. In: *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Mário Theodoro (org.), Brasília: Ipea, 2008.

SOUZA, Helson Gomes. *Efeitos do crescimento econômico e da desigualdade de renda sobre a pobreza no Brasil*. *Economia, sociedade e território*, vol.19 nº60, agosto de 2019.

SUZART, André Souza; FERREIRA, Aldo Pacheco. Avaliação do Programa Bolsa Família (PBF) na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas, Vitória da Conquista, BA. *Interações (Campo Grande)*, Campo Grande, v. 19, n. 3, p. 585-595, setembro. 2018.

THILLAINATHAN, Ramasamy e CHEONG, Kee-Cheok. Malaysia's New Economic Policy, Growth and Distribution: Revisiting the Debate. *Malaysian Journal of Economic Studies*. 53. 51-68,2016

THOMAZ, Osmar Ribeiro e NASCIMENTO, Sebastião do “Entre a intenção e o gesto: a Conferência de Durban e a elaboração de uma pauta de demandas de políticas compensatórias no Brasil” (São Paulo: NUPES/USP), 2003.

TILLY, Charles. *Identities, Boundaries, and Social Ties*. 2016. Open WorldCat, <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&scope=site&db=nlebk&db=nlabk&AN=1099246>.

TREUKE, Stephan. A reprodução das desigualdades socioeconômicas na vizinhança: examinando a dimensão espacial da pobreza. *Rev. colomb. soc.*, Bogotá, v. 41, n. 2, p. 169-187, Dec. 2018.

TRONCO, Giordano Benites; RAMOS, Marília Patta. Linhas de pobreza no Plano Brasil Sem Miséria: análise crítica e proposta de alternativas para a medição da pobreza conforme metodologia de Sonia Rocha. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 294-311, mar. 2017.